



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1989-1990)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE OUTUBRO DE 1989

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Basto da Mota Torres

Apolónia Maria Pereira Telxeira

Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos e saudou os seus pares no recomeço da actividade parlamentar.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, dos requerimentos, das respostas a alguns outros e de diversos diplomas.

Em declaração política, o Sr. Deputado Montalvão Machado (PSD) cumprimentou a Assembleia, teceu considerações sobre o desafio que o ano de 1992 constitui para Portugal e falou sobre as próximas eleições autárquicas, respondendo no fim a pedidos de esclarecimento dos deputados António Guterres (PS) e Helena Roseta (Indep.) — que também utilizou a palavra em defesa da honra e consideração — e a um protesto do deputado Carlos Brito (PCP).

Em declaração política, o Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) falou sobre o papel do Parlamento no início desta sessão legislativa, respondendo depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Silva Marques e Luís Filipe Menezes (PSD).

Em declaração política, o Sr. Deputado António Barreto (PS), após ter saudado a Câmara e o Sr. Presidente da República, pelas intervenções que produziu aquando da sua deslocação à Holanda, abordou questões relativas à instituição parlamentar. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Silva Marques — que também exerceu o direito de defesa —, Carlos Encarnação e Pachecó Pereira (PSD), Carlos Brito (PCP) e Pegado Lis (Indep.).

Em declaração política, o Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS), saudando todos os intervenientes no processo parlamentar, referiu-se aos trabalhos da Assembleia na presente sessão legislativa, designadamente os que decorrem da revisão constitucional.

Em declaração política, o Sr. Deputado André Martins (Os Verdes) criticou disposições regimentais relativas aos direitos dos deputados e a política do Governo no sector do ambiente.

Finalmente, em declaração política, o Sr. Deputado Marques Júnior (PRD) abordou a conjuntura política presente, designadamente as próximas eleições autárquicas.

Ordem do dia. — Foram aprovados os n.os 88 a 108 do Diário.

A Assembleia autorizou que um deputado do PSD deponha como testemunha.

A proposta de lei n.º 95/V — autoriza o Governo a emitir um empréstimo para a assunção de responsabilidades do extinto Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária — foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global. Intervieram no debate, além do Sr. Secretário de Estado do Tesouro (Carlos Tavares), os Srs. Deputados Rogério Brito (PCP), Alberto Avelino (PS), Vieira de Castro (PSD) e Narana Coissoró (CDS).

Entretanto, a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques (PS) saudou o regresso ao hemiciclo do Sr. Deputado Rui Gomes da Silva (PSD) — que também usou da palavra — após o desastre de aviação que sofreu na Jamba.

Foi discutida, na generalidade, a proposta de lei n.º 107/V — concede ao Governo autorização legislativa para estabelecer o regime de isenções fiscais aplicáveis às importações temporárias de determinados bens provenientes de Estados membros das comunidades europeias e adapta os montantes das isenções previstas em legislação avulsa ao direito comunitário —, tendo usado da palavra, além do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Oliveira Costa), os Srs. Deputados Guilherme Silva (PSD), Sérgio Ribeiro (PCP) e Helena Torres Marques (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 25 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD).

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.

Alberto Cerqueira de Oliveira.

Alberto Monteiro de Araújo.

Alexandre Azevedo Monteiro.

Alvaro José Martins Viegas.

Alvaro José Rodrigues Carvalho.

Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.

António Abílio Costa.

António Augusto Lacerda Queiros.

António de Carvalho Martins.

António Costa de A. Sousa Lara.

António Fernandes Ribeiro.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António Jorge Santos Pereira.

António José de Carvalho.

António Maria Oliveira de Matos.

António Maria Ourique Mendes.

António Mário Santos Coimbra.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Aristides Alves do Nascimento Teixeira.

Arlindo da Silva André Moreira.

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.

Armando Lopes Correia Costa.

Arménio dos Santos.

Belmira Henriques Correia.

Carlos Manuel Duarte Oliveira.

Carlos Manuel Sousa Encarnação.

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.

Carlos Sacramento Esmeraldo.

Casimiro Gomes Pereira.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Dinah Serrão Alhandra.

Domingos Duarte Lima.

Domingos da Silva e Sousa.

Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.

Ercilia Domingues M. P. Ribeiro da Silva.

Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.

Fernando Dias de Carvalho Conceição.

Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando José R. Roque Correia Afonso.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Fernando Monteiro do Amaral.

Fernando dos Reis Condesso.

Filipe Manuel Silva Abreu.

Flauzino José Ferreira da Silva.

Francisco Antunes da Silva.

Francisco João Bernardino da Silva.

Francisco Mendes Costa.

Germão Silva Domingos.

Gilberto Parca Madail.

Guido Orlando de Freitas Rodrigues.

Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.

Henrique Nascimento Rodrigues.

Hilário Torres Azcvedo Marques.

Jaim Gomes Mil-Homens.

João Alvaro Pocas Santos.

João Baptista da Cruz Castanho.

João Costa da Silva.

João Domingos E. de Abreu Salgado.

João José Pedreira de Matos.

João José da Silva Macas.

João Maria Ferreira Teixeira.

João Soares Pinto Montenegro.

Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim Vilela de Araújo.

Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.

José Alberto Puig dos Santos Costa.

José de Almeida Cesario.

José Alvaro Machado Pacheco Pereira.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Assunção Marques.

José Augusto Ferreira de Campos.

José Augusto Santos Silva Marques Moura.

José Francisco Amaral.

José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.

José Júlio Vieira Mesquita.

José Leite Machado.

José Luís Bonifácio Ramos.

José Luís de Carvalho Lalanha Ribeiro.

José Luís Vicira de Castro.

José Manuel da Silva Torres.

José Mário Lemos Damião.

José Pereira Lopes.

José de Vargas Bulcão.

Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.

Licínio Moreira da Silva.

Luís António Damásio Capoulas.

Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.

Luís Filipe Meneses Lopes.

Luís Manuel Costa Geraldes.

Luís Manuel Neves Rodrigues.

Luís da Silva Carvalho.

Manuel António Sá Fernandes.

Manuel Coelho dos Santos.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel João Vaz Freixo.

Manuel Joaquim Batista Cardoso.

Manuel José Dias Soares Costa.

Manuel Maria Moreira.

Manuel Pereira.

Margarida Borges de Carvalho.

Maria da Conceição U. de Castro Pereira.

Maria Luisa Lourenço Ferreira.

Maria Manuela Aguiar Moreira.

Mary Patrícia Pinheiro e Lança.

Mário Ferreira Bastos Raposo.

Mário Jorge Belo Máciel.

Mário Julio Montalvão Machado.

Mário dc Oliveira Mendes dos Santos.

Mateus Manuel Lopes de Brito.

Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.

Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.

Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.

Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.

Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.

Rui Alberto Limpio Salvada.

Rui Manuel Almeida Mendes.

Valdemar Cardoso Alves.

Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Virgílio de Oliveira Carneiro.

Walter Lopes Teixeira.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manucl Avclino.
 Alberto de Sousa Martins.
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Miguel de Morais Barreto.
 Carlos Manuel Luís.
 Carlos Manuel Martins Vale César.
 Edite Fátima Marceiros Estrela.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vicira.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Helder Oliveira dos Santos Filipe.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Henrique do Carmo Carminé.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coclho.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lcello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Luís Geordano Santos Covas.
 Manucl Alegre de Melo Duarte.
 Manucl António dos Santos.
 Maria Julicta Ferreira B. Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Augusto Sottomayor Lcal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manucl Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Ana Paula da Silva Coclho.
 António Filipe Gaião Rodrigues.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Percira Teixeira.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Victor e Baptista Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Eduarda Maria Castro Fernandes.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Rebocho Teixeira.
 João Camilo Carvalhal Gonçalves.
 José Manucl Antunes Mendes.
 José Manucl Maia Nunes de Almeida.
 José Manucl Santos Magalhães.
 Júlio José Antunes.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Luís Maria Bartoloméu Afonso Palma.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.

Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Luísa Amorim.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Sérgio José Ferreira Ribeiro.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 José Carlos Percira Lilaia.
 Natália de Oliveira Correia.
 Rui dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PEV):

André Valente Martins.

Deputados independentes:

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Maria Helena Salema Roseta.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.
 Jorge Pegado Lis.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sendo esta a 3.^a sessão legislativa da actual legislatura, queria, em nome da Mesa, apresentar os meus cumprimentos a todos os Srs. Deputados, aos funcionários da Assembleia da República, aos meios de comunicação social, aos agentes de segurança e àquelas que assistem aos nossos trabalhos e desejar a todos um bom ano parlamentar.

Há na Mesa algum expediente para ler mas, antes de dar a palavra ao Sr. Secretário para o fazer, quero esclarecer que foram introduzidas algumas modificações telefónicas nas bancadas, que poderão levar algum tempo para apreender. A própria Mesa ainda tem, relativamente a elas, algumas dificuldades, mas está à disposição dos Srs. Deputados para todos os esclarecimentos que forem necessários.

Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente**Ofícios**

Da Câmara Municipal do Porto, das Assembleias de Freguesia de Santa Iria de Azoia e de Cusírias e das Assembleias Municipais de Santa Comba Dão e de Paredes, lamentando o acidente de aviação ocorrido no dia 27 do passado mês de Setembro, no qual ficaram feridos três deputados, e desejando-lhes um rápido restabelecimento.

Do Ministério dos Negócios Estrangeiros, remetendo uma nota da Embaixada da Suíça.

Telegrams

Do Estabelecimento Prisional de Custóias, igualmente lamentando o acidente de aviação ocorrido no dia 27 de Setembro, em que ficaram feridos três deputados, e desejando-lhes um rápido restabelecimento.

Telexes

Das Juntas de Freguesia de Santa Maria, de São Pedro, de São Martinho e da Conceição, na cidade da Covilhã, lamentando também o acidente de aviação em que ficaram feridos três deputados desta Casa, e desejando-lhes um rápido restabelecimento.

Dos pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Secundária n.º 2 do Seixal, informando das crenças existentes na referida Escola.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai agora dar conta dos requerimentos, das respostas a requerimentos e dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deram entrada na Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Gomes; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado José Pessoa Paiva; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Luís Roque; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr.^o Deputado Cláudio Percheiro; ao Ministério do Planeamento e da Administração do Território, formulado pela Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelo Sr. Deputado António Mota; ao Governo, formulados pela Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol; ao Ministério da Defesa Nacional, formulados pelo Sr. Deputado João Amaral; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pela Sr.^a Deputada Elisa Damião; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Cunha; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado José Magalhães; à Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e a diversas câmaras municipais, formulados pelo Sr. Deputado Herculano Pombo; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Octávio Teixeira e Carlos Carvalhas; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lacão; à Secretaria de Estado do Ambiente, formulado pelo Sr. Deputado José Lello; à Secretaria de Estado do Tesouro e ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pela Sr.^a Deputada Apolónia Teixeira; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Caio Roque; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado José Manuel Maia; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Filipe Meneses; à Secretaria de Estado da Cultura, formulado pela Sr.^a Deputada Edite Estrela; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Brito; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado João Gaspar de Almeida; ao INE, formulado pelo Sr. Deputado João Camilo; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado António Barreto; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado António Lopes, e ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Rui Silva.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Ilda Figueiredo, nas sessões de 6 de Outubro e 14 de Dezembro; Luís Roque, nas sessões de 3 de Novembro e 27 de Janeiro; Fernando Gomes, nas sessões de 17 de Novembro, 15 de Dezembro e 11 de Julho; Elisa Damião e António Mota, na sessão de 12 de Janeiro; Barbosa da Costa e Hermínio Martinho, na sessão de 19 de Janeiro; Mendes Bota, na sessão de 26 de Janeiro; Herculano Pombo, na sessão de 16 de Maio e na reunião da Comissão Permanente de 4 de Setembro; António Guterres, na sessão de 6 de Julho, e José Magalhães, na reunião da Comissão Permanente de 7 de Setembro.

Deram ainda entrada na Mesa os seguintes diplomas: projeto de lei n.º 432/V, apresentado pela Sr.^a Deputada Apolónia Maria Pereira Teixeira e outros, do Partido Comunista Português, que garante aos reformados e pensionistas o aumento significativo das reformas e pensões, através da actualização dos valores mínimos, da definição de uma nova e mais justa forma de cálculo e de um aumento intercalar com efeitos desde Julho de 1989, que, tendo sido admitido, baixou à 10.^a Comissão; projeto de lei n.º 433/V, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Encarnação, do PSD, propondo a criação da freguesia do Senhor da Serra, no concelho de Miranda do Corvo; moção de censura, apresentada pelo PS; proposta de resolução n.º 21/V, da iniciativa do Governo, que aprova para ratificação o Protocolo Relativo à Adesão de Portugal e Espanha à União da Europa Ocidental; proposta de lei n.º 116/V, também da iniciativa do Governo, relativa ao orçamento rectificativo para 1989, Lei n.º 114/88, de 30 de Dezembro; proposta de lei n.º 118/V, da iniciativa do Governo, relativa às Grandes Opções do Plano para 1990; proposta de lei n.º 117/V, da iniciativa do Governo, relativa ao Orçamento do Estado para 1990. Todos estes diplomas foram admitidos, baixando às competentes comissões especializadas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se inscritos, para declarações políticas, pela ordem que vou ler, os Srs. Deputados Montalvão Machado, Carlos Brito, António Barreto, Narana Coissoró, André Martins e Marques Júnior.

Antes, porém, vai ser lido um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 17 de Outubro de 1989, pelas 15 horas e 30 minutos, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD):

António Abrantes Pereira (círculo eleitoral de Bragança), por João Baptista da Cruz Castanho. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 16 de Outubro corrente a 15 de Novembro próximo, inclusive;

Pedro Miguel Santana Lopes (círculo eleitoral de Lisboa), por João Granja Rodrigues da Fonseca. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 17 a 31 de Outubro corrente, inclusive.

Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS):

Joaquim Renato Ferreira Araújo (círculo eleitoral de Aveiro) por Helder Oliveira dos Santos Filipe. Esta substituição é determinada nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), em virtude de o Sr. Deputado Joaquim Renato Araújo ter requerido a renúncia ao mandato de deputado a partir do dia 14 de Agosto passado, inclusive;

Raul Manuel Gouveia Bordalo Junquiciro (círculo eleitoral de Viseu) por Henrique do Carmo Carminé. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 15 de Outubro corrente a 14 de Fevereiro próximo, inclusive.

Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):

Edgar Maciel Almeida Correia (círculo eleitoral do Porto) por Maria Ilda da Costa Figueiredo. Esta substituição é determinada nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), em virtude de o Sr. Deputado Edgar Maciel Correia ter requerido a renúncia ao mandato de deputado a partir do dia 16 de Outubro corrente, inclusive.

Maria Ilda da Costa Figueiredo (círculo eleitoral do Porto) por Eduarda Maria Castro Fernandes. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de seis meses, a partir do dia 16 de Outubro corrente, inclusive;

Carlos Campos Rodrigues Costa (círculo eleitoral do Porto) por Júlio José Antunes. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de seis meses, a partir do dia 16 de Outubro corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

João Domingos F. de Abreu Salgado (PSD); presidente — Alberto Marques de O. e Silva (PS), vice-presidente — José Manuel Melo A. Mendes (PCP), secretário — Valdemar Cardoso Alves (PSD), secretário — Álvaro José Rodrigues de Carvalho (PSD); Arlindo da Silva André Moreira (PSD) — Carla Maria Tato Diogo (PSD) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — Domingos da Silva e Sousa (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — Belarmino Henriques Correia (PSD); José Alberto Puig dos Santos Costa (PSD) — José Augusto Santos da S. Marques (PSD) — José Guilherme Pereira C. dos Reis (PSD) — José Manuel da Silva Torres (PSD) — Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Manuel António Sá Fernandes (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — Vasco Francisco Aguiar Miguel (PSD) — Carlos Cardoso Laje (PS) — Carlos Manuel N. da Costa Candal (PS) — Helder Oliveira dos Santos Filipe (PS) — José Luís Amaral Nunes (PS) — Mário Manuel Cal Brandão (PS) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Francisco Barbosa da Costa (PRD) — José Luís Nogueira de Brito (CDS) — Herculano da Silva Pombo M. Sequeira (PEV).

Srs. Deputados, está em discussão.
Como não há inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, na sequência do que foi anunciado relativamente à substituição dos Srs. Deputados, informo a Câmara que renunciaram ao seu mandato o Sr. Deputado Edgar Maciel Almeida Correia e o Sr. Deputado Joaquim Renato Ferreira Araújo.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciarmos mais um ano de trabalhos parlamentares, gostaria de começar por dirigir a V. Ex.ª, Sr. Presidente, em meu nome e no do meu grupo parlamentar, os mais sinceros, amigos e leais cumprimentos. Não por mera praxe, a que normalmente me não submeto, mas, antes, com o sentido profundo do exercício de um dever.

A função que V. Ex.ª desempenha nesta Casa não é fácil. Presidir a um Parlamento livre e pluralista nunca é fácil. Mas V. Ex.ª, segunda figura da hierarquia do Estado e Presidente do estio democrático que é esta Assembleia, tem sabido, com qualidades que lhe sobejam, merecer o nosso respeito e a nossa gratidão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aqui fica, pois, Sr. Presidente, uma palavra amiga de solidariedade, de desejo de colaboração mútua e de muita amizade.

Aplausos do PDS.

E não será V. Ex.^a quem, por certo, me levará a mal que eu englobe nesta saudação os Srs. Vice-Presidentes e Secretários, não esquecendo os funcionários desta Casa, a quem todos devemos uma palavra de saudade e de gratidão.

Aplausos do PSD.

Queria aqui deixar também uma palavra de saudação, muito amiga, com desejos de melhorias, muito rápidas e totais, aos nossos colegas João Soares e Nogueira de Brito, ainda na África do Sul, que foram vítimas de um infeliz acidente aéreo. Uma boa chegada e umas rápidas melhorias para eles.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos começar o terceiro ano de uma legislatura.

Preocupados, essencialmente, com reformas estruturais no primeiro, com a revisão constitucional no segundo, advinham que este período vai ser de grande actividade, essencialmente política.

Ela já começou — e de que maneira — no período de férias.

Não vai ser um ano fácil para ninguém, aqui e lá fora. Vai ser um ano de difícil luta política na qual todos nós, e connosco todo o povo português, temos de empenhar-nos.

Vamos ter de decidir muita coisa, mas, principalmente e a meu ver, vamos ter de decidir aqui quem, por ideologia e cumprimento do dever, será mais merecedor da vontade e do querer do nosso povo, daqueles a quem legitimamente representamos.

Estamos empenhados no desafio das comunidades económicas europeias. É problema nacional e não de alguma ou só de algumas forças políticas. Não podemos perder o objectivo Europa, sob pena de ficarmos totalmente isolados e desamparados. Com um calendário fixado, a Europa não espera por ninguém para além dele.

A Europa de hoje — e por que não até todo o mundo — não é dos incapazes, dos adormecidos, daqueles que esperam que outros lhes resolvam os seus problemas. É dever de todos nós caminhar para a Europa de mãos unidas. Mesmo aqueles que da Europa das comunidades não gostam têm a obrigação de pôr de lado interesses e ideologias partidárias para, antes, se empenharem no bem comum nacional.

Sei que as forças políticas portuguesas já compreenderam isto há muito. Resta-nos esperar que cada uma cumpra com o seu dever como tal.

Estou certo de que vamos vencer o desafio. Os Portugueses assim o querem, sinceramente o esperam, e para isso estão a trabalhar. Não podemos, com lutas políticas-partidárias, desiludir aqueles que em nós confiaram. O povo português sabe julgar e, na hora da verdade, saberá castigar ou premiar.

O Governo, liderado por um invulgar homem de Estado, continuará a executar o seu Programa, que, pelas regras democráticas, de todos nós é também. A sua capacidade, as suas qualidades de trabalho, a sua coragem e determinação, têm sido mais que bastantes para quebrar, pela raiz, injustificados ataques que lhe têm sido feitos.

Aplausos do PSD.

Aqui fica, para ele, a solidariedade do meu grupo parlamentar e o desejo da continuação, como até aqui, de uma colaboração positiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos, dentro de dois meses, eleições autárquicas. Ninguém desconhece o seu significado e as suas consequências. O poder autárquico merece-nos o maior respeito. É uma das boas conquistas da nossa jovem mas bem enraizada democracia. Sabemos que o povo português vai escolher serena e livremente.

Mas este problema das eleições autárquicas serviu para o aparecimento precoce de uma questão política de interesse nacional. Não se comprehende muito bem como foi possível, mas percebe-se muito bem para quê.

A democracia portuguesa orgulha-se de albergar no seu seio forças democráticas e forças não democráticas. Por isso, ela é uma democracia autêntica e não apenas de mera fachada. Por isso, ela consente que eu aqui estou, que aqui use da palavra, que aqui diga o que me agradar, o que já não aconteceria se a democracia fosse de outros, de sinal bem conhecido. Nesta, eu não estaria aqui, e, se o estivesse, o meu único direito seria o de estar calado.

Sem prejuízo dos direitos das minorias, em democracias livres e pluralistas governam as maiorias, e estas criam-se ou através de um partido por si só maioritário ou através de coligações democráticas.

O que não concebo são coligações de forças democráticas com forças não democráticas. Não comprehendo como é que numa equipa de trabalho podem juntar-se forças democráticas e não democráticas para atingir um objectivo que, necessariamente, tem de ser democrático.

Aplausos do PSD.

Para o governo de uma cidade, ainda que esta seja a capital do País, o Partido Socialista coligou-se com o Partido Comunista, força notoriamente não democrática. Não com um partido comunista, como estamos a começar a ver por essa Europa fora, mas com o Partido Comunista Português, que tão bem conhecemos e que em nada mudou desde há mais de meio século. Profundamente estalinistas ainda, os comunistas portugueses esqueceram o tempo, estagnaram as ideias. Não sou eu apenas a dizer. Dizem-no também, aqui e lá fora, comunistas por de mais bem conhecidos e que, estes sim, têm a coragem de não virar as costas à evolução dos tempos.

E aqui temos de deter-nos um pouco.

Será que o governo autárquico de uma cidade é o bastante para que, dentro dos seus cursos, o PS tenha um comportamento político totalmente diferente do que diz que vai ter no resto do País? Será que o governo de uma cidade é tão importante para que o socialismo democrático português se alie ao seu maior inimigo de sempre só para poder vir a obter, em longínqua hipótese, o governo dessa autarquia?

O Sr. Afonso Abrantes (PS): — E a Região de Turismo do Algarve?

O Orador: — A importância da coligação é tão grande para que nela se empoe o seu líder, encabeçando-a, não obstante saber que tem de mudar de linguagem — da não democrática para a democrática — quando deixar Lisboa para se dirigir ao norte, ao sul ou ao centro do País?

O secretário-geral do Partido Socialista empenha-se, pessoalmente, nesta coligação, assumindo a sua chefia. E, com o mesmo à-vontade com que o fez e faz, vem dizer-nos, repetidamente, que a coligação só vale para Lisboa. Para o resto do País não há coligação com o PCP.

O Partido Comunista também diz que assim é, embora afirme que a sua vontade seria a de que a mesma se estendesse a todo o País. Desde logo nos fica a interrogação de qual o preço que os comunistas terão cobrado para accitarem essa retinta coligação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E daqui teremos de tirar, para além de outras, duas conclusões: ou a coligação para Lisboa é positiva, e então será uma injustiça não a estender ao resto do País; ou a coligação é má, ou pelo menos de má fé, e, então, os injustamente tratados são os lisboetas.

Aplausos do PSD.

Se, por remota hipótese, o Dr. Jorge Sampaio viesse a ser eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa, largando, assim, a não menos remota hipótese de vir a ser Primeiro-Ministro de Portugal, ele teria de tomar uma opção: renunciar a um dos cargos, nle dando homem por si, sem que, então, os lisboetas ou os demais portugueses sobre tal fossem ouvidos. E já se sabe que o eventual autarca substituto seria, pelo menos durante algum tempo, um autarca comunista.

Não me parece, com o devido respeito, solução democrática para o bem nacional.

É, nitidamente, o interesse partidário a prevalecer sobre o interesse nacional.

Aplausos do PSD.

Por outro lado, como será possível funcionar frutuosamente uma câmara, como a de Lisboa, quando, no seu dia-a-dia governativo, se entrecocam ideais democráticos com ideais não democráticos? Será que esta coligação de esquerda retinta ainda não percebeu que tem de resvalar, inexoravelmente, para um dos lados ou desfazer-se aquando do primeiro problema sério?

Estou convicto, seriamente convicto, de que esta coligação é o princípio ou, quando muito, a experiência para uma coligação a nível nacional. Não compreendo o risco apenas circunscrito à autarquia de Lisboa. O prémio é demasiado pequeno para tanto capital empenhado.

É caso para se dizer que o bilhete da lotaria custa mais do que o primeiro prémio da mesma.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, recipio, estou convicto de que é o princípio de uma coligação a nível nacional e a prazo relativamente curto. A coligação já envolveu reuniões das direcções de ambos os partidos, o PS já vai a casa do PCP, a UGT, que o PS tanto ajudou a criar, a combater e a manter, para conceder liberdade aos sindicalistas, já se reúne com a CGTP-Intersindical. E tudo isto tem um significado muito visível!

Tenho pena que assim seja! É que desde o início da nossa democracia habituei-me a ver o Partido Socialista como uma força política indispensável à vida democrática portuguesa. Não me habituei a vê-lo, ainda que só aqui ou ali, de mãos dadas com o Partido Comunista.

Os ataques que os socialistas democráticos sofreram por banda dos comunistas, e a que sempre responderam de cara levantada, tinham arreigado em mim a ideia de que a democracia não podia misturar-se nunca com o totalitarismo. E é por isso que tenho pena!

Onde está o Partido Socialista que ainda recentemente, no processo de revisão constitucional, tão mal aqui foi tratado pelos comunistas?

Onde está o Partido Socialista que em 1975, na Alameda de D. Afonso Henriques, fez uma das maiores mobilizações de massas populares contra o Partido Comunista Português?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Onde estão os socialistas democráticos portugueses que, connosco e outras forças democráticas, ajudaram, no Porto, à marcha sobre o RASP, onde, por forças não democráticas, se verteu sangue dos defensores da liberdade?

O Sr. António Barreto (PS): — Estão aqui, Sr. Deputado!

O Orador: — Onde estão os socialistas que ajudaram ao 25 de Novembro, que se bateram contra o 11 de Março, que ajudaram ao derrube do gonçalvismo?

O Sr. José Lello (PS): — Onde é que estão os da União Nacional?

O Orador: — Esta coligação de esquerda, em embrião já bem desenvolvido, da exclusiva responsabilidade da direcção do Partido Socialista e com lucro já evidente para os comunistas, tem a já bem visível vontade de vir a governar o País. A coligação para a autarquia de Lisboa, recipio, é para mim uma mera experiência ou um princípio de união com caminho previamente traçado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E então, juntos que venham a estar, por hipótese remota, na governação, estou a ver o que poderá acontecer ao Dr. Jorge Sampaio quando, Primeiro-Ministro deste país, tiver de resolver, com os seus parceiros comunistas, problemas tais como os da CEE ou da NATO. São apenas dois exemplos, mas que bastarão para ver como não tem solução credível aquilo que agora se pretende vender ao povo lisboeta em primeira mão e ao povo português em segunda fornada.

O mal não será nosso, dos sociais-democratas. O mal será para a democracia portuguesa e para o País.

Nós estamos calmos e serenos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Seguimos o nosso caminho, os socialistas seguirão aquele que entenderem!

O povo português, agora e sempre, saberá resolver com a capacidade que tem demonstrado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados António Guterres, Carlos Brito e Helena Roseta.

Têm, pois, a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Montalvão Machado, só não lhe digo que começa o ano com o pé esquerdo porque isso dito por mim seria um elogio.

Porém, a intervenção do Sr. Deputado é reveladora de que o PSD está muito atrapalhado. E está muito atrapalhado porque não comprehende o País!

O Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças todos os dias nos dizem que vai tudo bem, todos os dias nos dizem que os Portugueses estão felizes como nunca estiveram. No entanto, todos os dias, dc norte a sul do País, são mais claros os sintomas de descontentamento dos Portugueses, nos sectores cada vez mais amplos.

A seguir, francamente atrapalhados com esta questão de Lisboa, os senhores têm procurado criar um novo estilo de intervenção política muito atabalhado, tipo invocação de «papões», na convicção de que os Portugueses deviam estar todos indignados com o facto de que, para resolver os problemas de Lisboa, o PS tenha entendido — e bem — promover a coligação «Por Lisboa». Ora, como os Portugueses não se indignam, como, pelo contrário, as sondagens de opinião revelam que o PS já está hoje à frente do PSD no entendimento nacional de que é mais apto para governar o País.

Risos do PSD.

Srs. Deputados, Iciam os jornais!

Portanto, os Srs. Deputados perdem a serenidade e invocam argumentos catastrofistas, dando a entender que tudo está a cair. De facto, invocam argumentos que, francamente, na vossa boca não têm grande credibilidade!

Se não é possível fazer uma coligação com o Partido Comunista Português para governar uma cidade porque este partido é, no vosso entendimento, uma força anti-democrática,...

Risos do PSD.

...então por que é que o PSD viveu coligado com o PCP para governar Sintra durante vários anos...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Então, por que é que o PSD se coligou com o PCP para dominar a Comissão Regional de Turismo do Algarve?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ou os comunistas só não são democratas quando colaboraram com o PS e são democratas quando colaboraram com o PSD?

Protestos do PSD.

A vossa linha de argumentação não tem, evidentemente, nenhuma credibilidade!

O PS mantém-se, sinceramente, apostado na sua estratégia, estratégia essa que conduz à afirmação de uma alternativa PS para governar Portugal em substituição do PSD, o que não nos impediu de fazer esta coligação em Lisboa, como não nos impede de fazer, nos Açores e na Madeira, coligações com o CDS, que consideramos indispensáveis para que nessas regiões o abuso sistemático do poder do PSD — que não me atrevo a chamar aqui anti-democrático — não encontre alternativa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado, quero dizer-lhe, para estar tranquilo: se, tal como esperamos, for eleito Primeiro-Ministro deste país o meu colega Jorge Sampaio e, por esse facto, deixar de exercer as funções

de presidente da Câmara de Lisboa, o presidente da Câmara de Lisboa será o Dr. João Soares, que tantas vezes tenho ouvido elogiar por parte da sua bancada.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Montalvão Machado, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, não pretendo fazer um pedido de esclarecimento, mas sim um protesto sereno, sem atrapalhações, sem calúnias, sem mentiras, sem insultos.

Sr. Deputado Montalvão Machado, não ponho em causa as suas convicções democráticas, ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Faz muito bem!

O Orador: — ... porém, o discurso que acaba de fazer lembra outros que foram produzidos nesta mesma Sala antes do 25 de Abril!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Se o Sr. Deputado duvida, leia o *Diário das Sessões*, que era assim que se chamavam nessa altura as actas da Assembleia Nacional fascista!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Montalvão Machado, a que ponto estão as dificuldades e as atrapalhações do PSD em face do quadro extremamente desfavorável com que se apresentam as eleições autárquicas que se avizinharam, sentindo-se o Sr. Deputado — a quem não ponho em causa as suas convicções democráticas — obrigado a fazer este discurso de tão primário anticomunismo?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Montalvão Machado, não ponho em causa as suas convicções democráticas!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Faz muito bem!

O Orador: — Contudo, eu e o partido de que faço parte não reconhecemos, nem no passado nem no presente do Sr. Deputado, qualquer dírcito, qualquer envergadura moral, para passar atestados de quem é ou não é democrata!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A pretensão do Sr. Deputado de passar atestados já é uma atitude antidemocrática!

É assim que se afirmam as ditaduras!

Aplausos do PCP.

A vida parlamentar, que todos conhecemos como a vida política nacional, mostra quem, crescentemente, introduz na vida nacional tendências autoritárias, dogmáticas, totalitárias: é o vosso próprio partido!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Montalvão Machado não se dá conta de que a sua intervenção, os ataques para a esquerda e para a direita, são uma manifestação do isolamento do PSD no quadro político nacional? Essa é uma novidade, uma forte novidade da presente situação política!

Aqueles que o Sr. Deputado acusa de antidiplomáticos estão no centro do diálogo democrático na vida política nacional, não só com o PS, mas com todos os partidos à esquerda do PSD, e, em algumas circunstâncias também, fazem diálogo com partidos que estão à sua direita. Entretanto, o PSD é um partido que se isola, é um partido que, como um velho que perde um pé, sente ameaçada a sua posição, protesta, clama, insulta, como o Sr. Deputado acaba de fazer!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — São estas as minhas palavras, é este o meu protesto! Responda de uma forma convincente e verdadeira, Sr. Deputado!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — O Sr. Deputado Montalvão Machado sabe que o respeito é considero, mas hoje creio que V. Ex.ª faz um discurso de facilidade, um discurso para os aplausos da bancada, um discurso para sentir um certo calor que há alguns meses não tem tido porque os trabalhos têm estado encerrados em termos de hemicílio.

Ora, não gostaria de deixar passar esta ocasião sem levantar algumas questões em relação às quais gostaria que respondesse com a maior isenção possível.

O Sr. Deputado quis trazer para aqui a questão da campanha de Lisboa. Congratulo-me por ver que, pela primeira vez desde o 25 de Abril, a cidade de Lisboa está no centro dos debates políticos. De facto, até esta altura, a cidade de Lisboa era como outra qualquer e as eleições para a cidade de Lisboa eram como outras quaisquer!

A primeira questão que pretendo colocar é no sentido de saber se o Sr. Deputado considera ou não que ao longo dos últimos 10 anos à solução que esteve à frente de Lisboa, a coligação CDS/PSD, conseguiu resolver os principais problemas da cidade de Lisboa? É isto o que está em causa na campanha eleitoral para Lisboa!

Lisboa continua a ter problemas gravíssimos de trânsito, de habitação, de lazer, de animação cultural, de limpeza, de higiene, etc. Porém, o Sr. Deputado não nos falou de nada disso! Fala-nos de soluções políticas e não de respostas...

Vozes do PSD: — E Cascais?

A Oradora: — Já vamos abordar o problema de Cascais! Aliás, essa era a minha segunda pergunta!

O Sr. Deputado fez aqui considerações acerca do PCP e a verdade é que não tenho de responder sobre isso. Porém, gostaria de recordar um facto: na Câmara de Cascais — uma pequena experiência de três anos — estive à frente de uma lista do PSD que ficou em minoria.

Como condição a essa minha candidatura — condição essa que foi colocada à concelhia, à distrital e à Comissão Política Nacional do PSD — referi que só aceitaria candidatar-me à Câmara Municipal de Cascais desde que, no caso de ganhar, me fosse autorizado colaborar com todas as forças políticas do concelho. Esta condição foi aceite e o PCP em Cascais teve atribuição de pelouros, como os outros partidos, e colaborou democraticamente connosco, como os outros partidos.

Ora, o que gostaria de saber era se o PCP nessa altura em Cascais era democrático e hoje, noutras situações, não o é!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — É claro que é democrático!... Profundamente democrático!... Até é mais democrático que os outros!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Já fala sozinho!...

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei como é que o Sr. Deputado António Guterres, inteligente como é — e não faço favor algum em dizer isso —, pode ter tirado a conclusão de que a minha intervenção significa que o PSD está atrapalhado! Ora, isso não é verdade! O PSD não está nada atrapalhado!

Vozes do PS: — Que ideia!

O Orador: — Quem está muito atrapalhado são os Srs. Deputados! E estão tão atrapalhados que têm de ir buscar «parcerinhos» de coligação!

Vozes do PS: — E vocês?

O Orador: — O Sr. Deputado António Guterres diz que nós não compreendemos o País! É claro que eu poderei dizer que os Srs. Deputados é que não o compreendem. E poderei dizer isso com base no voto popular: mais de 50% do povo português compreendeu-nos a nós!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — «Compreendeu». Está a falar no passado.

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Brito, dentro de pouco tempo já lhe respondo!

Como estava a dizer, o povo português compreendeu-nos nas últimas eleições em mais de 50%.

Vozes do PS: — Nas últimas eleições nem por isso!

O Orador: — E nas próximas eleições vai compreender-nos igualmente!

Daqui até lá, tudo quanto se diga a esse respeito é querer adiantar-se à vontade do povo português, que é, por si só, absolutamente incapaz de ser influenciada quer pelas palavras do Sr. Deputado, quer pelas minhas.

... O Sr. António Guterres (PS) — É que os senhores só fazem coligações envergonhadás com o Partido Comunista Português.

Risos do PS.

.Aplicaciones de PCP

...!O! Orador! — O Sr. Deputado, apeteceia-me dizer-lhe uma coisa; mas sou capaz de não dizer, mas sempre direi, nós somos uns envergonhados e os senhores uns censos-envergonha.

O Sr. Presidente da Sesau (PC): *Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente — Eu não queria deixar ainda sem uma palavra, no que diz respeito ao Sr. Deputado António Guterres, depois da sua visita à Madeira, que aquilo que o senhor aqui referiu contra os governos das regiões insulares é profundamente injusto. O senhor não compreendeu o povo das regiões insulares, não foi capaz de compreender o sentir daquela gente, tem uma dor de cotovelo tremenda de que efectivamente aquelas duas regiões autónomas sejam regiões social-democratas, e por muitos esforços que facam nunca mais deixarão de o ser.

Aplausos do PSD.

Notes on Ps.—See also

o Sr. Deputado Carlos Britto disse que iria fazer protesto sereno. Será Deputado! E esse é o protesto sereno.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sereníssimo...

O Sr. Deputado? — Sr. Carlos Brito (PCP): — Posso interromper o Sr. Deputado?

O Oferecendo este tempo à Sra. D. Domingos Cunha Braga, festejo de
O Orador — **O Oferecendo este tempo à Sra. D. Domingos Cunha Braga, festejo de**

O Sr. Carlos Brito (PCP) — Sr. Deputado Júlio Sereno nas ideias, nas expressões, nos conceitos, mas vivo na forma e na expressão do PS: — Nas discussões sérias

O resultado — É que bônus e descontos de varejo são sempre vantajosos para o consumidor.

O Orador: — Bom; se quemos, então, que o protesto seja sereno, nas ideias e vivo na formulação. — **O Sr. Deputado:** Suponho que praticamente se não quererá no calor da discussão, defendeu-me gravemente tal medida.

em que disse que a minha intervenção aquela lembrava outras intervenções feitas antes do dia 25 de Abril de 1974 e pediu-me para ler essas intervenções. Devo dizer que nem nessa altura perdia tempo a ler esses discursos, quanto mais hoje. Não vou lê-los, pois interessa-me o futuro e não aquilo que está para trás. Tudo o que

Aplausos do PSD comemoram o resultado da 2.ª O-
radora. O O

Devo dizer-lhe que a minha intervenção não tem nada a ver com o que está antes do 25 de Abril, absolutamente nada. Disse que a minha intervenção era de um primariamente anticomunista, mas não é, pois nunca fui um primário anticomunista, e demonstrei-o ao longo de uma vida inteira. No tempo da antiga senhora dei a minha cara e a minha defesa nos tribunais políticos a muitos dos vossos camaradas e nunca fiz qualquer diferenciação entre comunistas e outros opositores não-comunistas.

Sr. Deputado, continuo a pensar, e suponho que comigo toda a Câmara, que vai desde aquela ponta, até aquela ponta-dali, que democracia livre e pluralista é uma democracia com capa do Partido Comunista é totalmente diferente, não é democracia. Os senhores é que se apropriam da palavra «democracia», usurparam a palavra «democracia», porque a democracia não é nada daquilo que pensam, nada daquilo que dizem. Democracia é a da RDA, da Albânia, da Coreia do Norte? Eu, não queria estar aqui a lembrar aquilo que disse o vosso secretário-geral, pois disse que se estivesse no Poder acabava com este Parlamento, pura e simplesmente.

O seu resultado — falso ou não — é sempre o mesmo: a morte.

O Orador: — Já sei que é falso, tudo aquilo que digo é falso! — O Sr. D. José Sócrates: — Aí, o que é que o senhor está a dizer? Aí, o que é que o senhor está a dizer? O Sr. Sérgio Marques (PSD): — Ele é contrário, por exemplo, ao aumento da idade de aposentadoria. O Sr. Orador: — Só quis demonstrar, creio, que o demónstrei, que para aquelas que entendem a liberdade, a liberdade e a democracia livre e pluralista como eu a entendo, foi a diferença que existe entre a democracia de tipo ocidental e a democracia de tipo oriental, com capa. Ora, essa junção é que não me parece que de na mesma panela, não serve, nem dá uma boa sopa nem um bom caldo, não dá nem pode dar.

Diz o Sr. Deputado, que nós estamos num isolamento confortável.

O Sr. Carlos Brito (PCP): Desconfortável. A
O Orador: Isolamento, desconfortável, sozinho, sob
a A esse respeito dir-lhe-ei só o seguinte: mais valedoso

Aplausos do PSD.

O Sr. Carlos Brito (PCP): É orgulhosamente só!

O Orádor: Sr. Deputado, à semelhança d'aquele que
a gente está a ver e se passa lá por fora, fique-se com
este conselho, que não vale nada, nem representa nada:
comemoram mais é a paixão de São João.

Aplausos do PSD, acha de correto, é lento e desajeitado. O que

Protestos do CPD

O Sr. Silva Marques (PSD): — Deviam emigrar para a RDA para compensar o movimento populacional.

O Orador: — A Sr.^a Deputada Helena Roseta disse-me que fiz aqui o discurso da facilidade para obter o calor que me faltou durante o Verão. Infelizmente, este Verão nem faltou o calor a ninguém, pois toda a gente teve calor a mais. Por conseguinte, efectivamente não me faltou calor nem fiz — e a Sr.^a Deputada sabe isso — discursos para solicitar os aplausos da minha bancada.

Quanto às relações com o Partido Comunista, podia lembrar-me, por exemplo, dos tempos em que a Sr.^a Deputada esteve no PSD, em que era das militantes mais anticomunistas que havia no Partido.

Vozes do PSD: — Isso é verdade!

Aplausos do PSD.

O Orador: — Admito perfeitamente que mude, porque toda a gente pode mudar, tem a liberdade de mudar, pois é esse um dos direitos da nossa democracia. Há outros que não têm essa liberdade de mudar, mas nós temos, e admito que hoje penso de maneira diferente daquela que pensava na altura.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Para terminar quero só dizer o seguinte: o Partido Comunista Português não é uma força democrática, tal como a entendo. Poderei estar errado, mas tenho a impressão de que a maioria esmagadora desta Câmara entende que não estou errado, entende que estou certo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Helena Roseta pediu a palavra para que efectue?

A Sr.^a Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, em defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, continua em debate entre nós o uso e a sobre-utilização dos protestos, desfases da honra e interpelações.

Em todo o caso, ainda não estando definida nenhuma regra, dou-lhe a palavra. O que peço é que seja breve, dado que já vamos um pouco atrasados no tempo.

A Sr.^a Helena Roseta (Indep.): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Porque o Sr. Deputado Montalvão Machado recordou aqui posições minhas e me classificou de anticomunista, quero dizer que são posições que assumo. No passado estive muitas vezes contra o Partido Comunista, quando entendi que este partido estava a abusar da liberdade que nos era permitida pelo 25 de Abril, mas quero lembrar ao Sr. Deputado que, já depois disso, tenho sido anti muitas outras coisas, nomeadamente anticavacaquistas quando entendi que o Cavaco estava a abusar da liberdade.

Portanto, é uma questão de princípio: estar contra os abusos da liberdade, venham eles donde vierem. Agora ponha-me o anti onde quiser.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado, a quem também faço o apelo da brevidade.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Helena Roseta defendeu a sua honra, que eu nunca quis de maneira nenhuma, atacar — não quis nem quer.

Fico a saber, por conseguinte, que a Sr.^a Deputada foi anticomunista, hoje é anticavacaquistá, está no seu pleno direito, mas não sei o que virá a ser contra amanhã ou depois de amanhã.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, não sei se não será necessário e conveniente fazer uma pausa um pouco maior, para dar oportunidade a que os democratas do PSD saiam da Sala, porque gostam de acusar, mas não são capazes de ouvir a réplica.

Pausa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na abertura do novo ano parlamentar seria da maior importância poder fazer-se uma reflexão colectiva e desapaixonada em que participasse não só os partidos da oposição, mas a própria maioria, sobre a elaboração de um plano de acção que permitisse à Assembleia da República dar resposta mais eficaz e mais pronta aos problemas nacionais que são da sua especial competência e aos que têm sido esquecidos, abandonados ou agravados pela acção do Governo.

No entender do PCP é este o caminho seguro para alcançar uma verdadeira aproximação entre eleitos e eleitores, para prestigiar e dar crescente credibilidade, junto do nosso povo, a este órgão fundamental, democrático português.

Foi com este espírito que nas jornadas parlamentares do Partido Comunista Português, realizadas nos dias 20, 21 e 22 de Setembro, os deputados comunistas aprovaram o seu próprio plano de acção para os primeiros três meses da sessão legislativa, que constitui uma válida contribuição para melhorar o funcionamento e a definição de prioridades por parte da Assembleia da República.

O Governo e a sua maioria parlamentar em queda de influência social, política e eleitoral estão, no entanto, como se tem visto, e acabou de se ver há pouco com o Sr. Deputado Montalvão Machado, completamente incapacitados para qualquer reflexão, qualquer debate, qualquer ideia que não seja curar da sua própria sobrevivência e dos inconfessáveis interesses de grupos capitalistas e clientelas de que são instrumento.

Enfrentando nas eleições autárquicas que se avizinharam um quadro eleitoral muito desfavorável nos principais municípios do País, o Governo e a sua maioria parlamentar tentam ultrapassar as dificuldades lançando-se em duas frenéticas campanhas, qual delas a mais inadequada, ridícula, irresponsável e indecorosa para quem tem as responsabilidades da governação do País.

A primeira é a campanha propagandística da obra do Governo, apresentada em termos tão demagógicos e deslocados da realidade que os Portugueses experimentam, que seguramente serão cada vez menos os que se deixarão influenciar por ela. Preparemo-nos para ouvir, nesta aber-

tura dos trabalhos parlamentares no debate da moção de censura e sobre o Orçamento do Estado, não a resposta seria e fundamentada à crítica e à contestação legítimas dos partidos da oposição, mas os pregões da propaganda governamental que quer convencer o País de que vivemos em situação de «pleno emprego», que os rendimentos reais dos trabalhadores não desceram tanto como se diz, porque passaram a ter participação nos lucros, que é o rotundo falhanço de Cavaco Silva e Miguel Cadihete no controlo da inflação, é negativo; mas, não tanto como dizem as oposições. O que a propaganda governamental não é capaz de explicar é a degradação crescente das condições de vida da população laboriosa, a agudização da instabilidade e conflitualidade social, as poderosas movimentações laborais que no último período envolveram com particular destaque os trabalhadores dos transportes, função pública e professores.

A segunda, é a campanha antioposição lançada pelo Governo e o PSD de forma tão baixa, caluniosa e com recurso a um anticomunismo tão primário, como ainda há pouco ouvimos, que seguramente se voltará, pelo menos em larga medida, contra aqueles que a conduzem. Preparamo-nos para ouvir nessa abertura do novo ano parlamentar não a consideração séria das posições e propostas da oposição mas os ataques governamentais baseados nas suas próprias mentiras sobre acordos, secretos entre comunistas e socialistas, ou leituras e interpretações deliberadamente falsas de textos públicos que, manifestamente, não as consentem; não ouviremos, seguramente, o PSD explicar as razões da crise que lavra nos seus aparelhos partidário, autárquico e sindical nem as razões por que quer soterrar o engenheiro Abecasis, que sempre apoiou, em Lisboa, nem as razões que levaram o Dr. Fernando Cabral a abandonar o seu partido de sempre e a apresentar-se por outro no Município do Porto, nem as razões que suscita por todo o país alianças das oposições contra a gestão do PSD, com saliência, naturalmente — e isto só ao PSD — para a que junta os comunistas e socialistas verdes e democratas do MDP na concorrência ao município da capital.

(As circunstâncias políticas em que se iniciava a nova sessão legislativa revelaram uma maioria governamental, como ainda há poucos o ouvimos, ainda mais surda e muda para o diálogo e o debate parlamentar e ainda mais inclinada a usar a sua força numérica conjuntural (que tudo indica já não corresponde à vontade do País) para «cilar» os projectos e propostas da oposição, ignorar os interesses do País e o prestígio da Assembleia da República.

Há três linhas de actuação do PSD que devem merecer, nesta altura, uma especial e persistente denúncia: é uma réplica muito energica da parte dos partidos da oposição. São as seguintes: primeira, a perversão do instituto dos inquéritos parlamentares; segunda, a obstrução das iniciativas parlamentares que não provenham do Governo; terceira, a paralisação ou entorpecimento das comissões parlamentares.

Em relação aos inquéritos parlamentares, o que acabou de se verificar com o inquérito ao ministro Miguel Cadihete, no seguimento do que já tinha acontecido com o inquérito aos escândalos do Fundo Social Europeu, confirma em absoluto a linha da perversão do instituto do inquérito parlamentar seguida pela maioria, pois o PSD está disposto a não olhar a meios para impedir o esclarecimento da verdade e proclamar, o mais rapidamente,

possível, a liberação dos membros do Governo e dos departamentos governamentais acusados de irregularidades.

É assim que, servindo-se da sua maioria nas comissões, rompendo, até com práticas parlamentares até agora respeitadas, impõe, com a oposição de todos os outros partidos, os seus próprios relatores e procura impôr os seus próprios relatórios. Contamo-nos entre aquelas que entendem que a conduta do PSD, sobrepondo a subordinação ao Governo e a mesquinhos interesses partidários, a quaisquer critérios ou valores, incluindo o prestígio da Assembleia da República, a credibilidade das suas comissões, põe em crise o actual estatuto das comissões de inquérito e exige a sua pronta revisão, para que não se cometam gravíssimas injustiças que a próxima legislatura terá depois de rectificar, como tem acontecido, noutras países, e está a acontecer na Grécia.

No caso do inquérito ao Ministro das Finanças, associamo-nos, desde já, à reclamação da rápida edição em volume das actas da comissão de inquérito, a documentação recebida pela comissão e as declarações de voto dos diferentes deputados, incluindo os anexos que as acompanham. Em relação à obstrução da iniciativa parlamentar que não provém do Governo, há que salientar que o PSD não só impede que a Assembleia da República exerça em plenitude as suas competências legislativas, como bloqueia e inviabiliza a sua acção fiscalizadora. Adiadas estão importantes reformas, por culpa da maioria, que têm impedido através de sucessivos golpes que a Assembleia avance decididamente com o processo de regionalização do País e a verdadeira reforma da Administração Pública, aprovando o resorço do papel das autarquias locais, consagrando novas garantias para o exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia, define um regime que impeça o saque do bolo nacional por parte de estrangeiros. A espreita continuam os projectos que consagram significativos direitos sociais, justos, reclamados de há muito pelos Portugueses, como são os que visam o aumento das reformas e pensões, a redução da duração semanal de trabalho, o combate à injustiça e à gula fiscal do Governo, o resorço do apoio social às famílias e aos estudantes, a consagração dos direitos das mães e das mulheres.

Por proposta e insistência dos partidos da oposição está agendada para o próximo dia 31 de Outubro a conclusão do debate da legislação sobre o sindicalismo da PSP. Vamos ver o que aí faz o partido do Governo.

O que não oferece qualquer dúvida é que o PSD, que faz tão clara obstrução à iniciativa dos grupos parlamentares da oposição e dos seus deputados, vai querer maisuma vez encurtar e amalgamar os debates sobre o Orçamento do Estado, dificultando a sua transparéncia, e vai defender que disfartem de total prioridade e passem a todo vapor os anunciantes diplomas governamentais ditos de desenvolvimento da revisão da Constituição, especialmente as escandalosas propostas de lei de privatizações e de revogação da Lei da Reforma Agrária, bem como a legislação tendente à privatização indiscriminada e sem quaisquer garantias da comunicação social.

O plano do PSD para dominar os órgãos da República aparece, no entanto, particularmente evidente quanto ao exercício das competências fiscalizadoras, designadamente bloqueando a apreciação pelo Plenário de inúmeras ratificações que recaem sobre diplomas do Governo. Neste caso, os decretos-leis que visam a alteração do estatuto e parte do capital de empresas de sectores chave

da economia — bancário, segurador, químico e das telecomunicações, sectores que permitem a entrega a ex-lati-fundiários de terras da reforma agrária — e o novo regime de negociação colectiva de trabalho.

Quanto à paralisação ou entorpecimento das comissões parlamentares, a Comissão de Petições, que é uma criação da presente legislatura por todos reconhecida como necessária, representa, por isso mesmo, com baixo número das reuniões realizadas e as petições em lista de espera, um exemplo ilustrativo de que o PSD não está interessado em que a Assembleia da República dê efectivas respostas aos Portugueses.

A Comissão dos Assuntos Europeus, que tem estado também, praticamente, paralisada, é outro exemplo significativo da actuação parlamentar do PSD, neste caso, tendo em vista, ao contrário do que há pouco disse o Sr. Deputado Montalvão Machado, arredar o mais possível a Assembleia da República das grandes questões da integração europeia. Mas, em relação à generalidade das comissões, o PSD introduziu um regime, como nunca antes aconteceu, que faz depender o seu funcionamento, dos impulsos do Governo. Dito de outra maneira, a maioria PSD só deixa as comissões trabalharem quando há matéria governamental por despachar.

Em síntese, a actuação parlamentar do PSD, por influência crescente do fundamentalismo laranja — expressão que, aliás, ainda há pouco ouvimos da boca do Sr. Deputado Montalvão Machado — desenvolve-se em obediência á quatro mandamentos, que são os seguintes: Plenário amordaçado; iniciativa obstruída; comissão paralisada; deputado manietado.

Ao caracterizarmos, no início da nova sessão legislativa, os aspectos mais nefastos da actuação parlamentar do PSD, queremos esclarecer o País sobre quem impede que a Assembleia da República tenha uma intervenção mais pronta e mais eficaz na solução dos problemas nacionais.

Queremos, ao mesmo tempo, afirmar o propósito do PCP de não se conformar com esta situação, de lutar com todas as suas forças contra a perversão, a obstrução e a paralisação da instituição parlamentar pelo partido do Governo e de tudo fazer para dar concretização ao plano de acção aprovado nas jornadas parlamentares comunistas.

Neste sentido, já fixámos a ordem do dia da reunião do próximo dia 26 para a discussão do projecto de lei do PCP que visa o aumento e a melhoria do regime das reformas e pensões; já apresentámos projectos de alteração ao IRS, moderando a tributação dos rendimentos do trabalho (coisa que a anunciada proposta do Governo não faz), promovendo mais justiça fiscal e corrigindo a excessiva e ilegítima retenção na fonte; vamos apresentar uma proposta de calendário que assegure a rápida discussão dos projectos de lei quadro das regras administrativas; promoveremos, a curto prazo, uma audição parlamentar sobre o ambiente e desencadearemos uma interpelação ao Governo sobre as questões do emprego e a lei dos despedimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na abertura da sessão legislativa é necessário dizer uma palavra sobre Timor-Leste, que tem estado, desde há muito, no centro das atenções da Assembleia da República. Confirmaram-se as nossas preocupações em relação à visita do Papa João Paulo II a Díli. Os Indonésios não deixaram, nem deixarão, de explorar a seu favor, todas as vulnerabilidades políticas e diplomáticas de que a visita se revestiu. Não é com atitudes frouxas que é possível enfrentar com êxito

a situação criada, mas, sim, revigorando, com toda a energia, as iniciativas de solidariedade para com a luta do povo de Timor-Leste, pelo direito à autodeterminação e à independência. É isto que propomos que seja feito pela Assembleia da República.

Aplausos d'PCP e dos deputados independentes João Corregeror da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Silva Marques e Luís Filipe Meneses.

Entrantanto, peço à Sr. Vice-Presidente Manuela Aguiar o favor de me substituir e agradeço que os grupos parlamentares indicassem, com a brevidade possível, os nomes dos candidatos à membros da Mesa para que possam ser elaboradas as listas, uma vez que amanhã terão lugar as votações relativas à eleição da Mesa.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Carlos Brito, uso da palavra porque o senhor, de novo, com uma facilidade que é verdadeiramente chocante e, devo dizer, completamente deslocada ao nível de qualquer tipo de relações, voltou a ofender-nos dizendo que dirigimos calúnias e insultos baixos e vis à sua bancada e ao seu partido.

Na verdade, o Sr. Deputado confunde insultos com discussão política frontal acerca da questão de saber se os senhores são ou não um partido democrático. No nosso entender, os senhores não são um partido democrático, e, aliás, os senhores confessam-no, porque no plano programático do vosso partido têm por objectivo político fundamental e estratégico a democracia avançada. Não é preciso mais, senhores deputados comunistas! Os senhores não querem e querem ser democráticos simultaneamente. Ora, isso não é possível, porque tal situação traduzir-se-ia numa ligação entre o azeite e o vinagre!

Os senhores, até hoje, não optaram pela democracia, mantêm a vossa opção estratégica fundamental, que é a de um objectivo antidemocrático, e ficam ofendidos — aliás, penso que esta não é a expressão correcta, porque os senhores não estão, no íntimo, ofendidos —, fazem um certo reboliço «para inglês ver», ou seja, no caso concreto, para democrata ver. Os senhores são antidemocráticos confessos, porque no vosso programa não têm como objectivo a democracia; mas, antes pelo contrário, têm como objectivo o que hoje designam por democracia avançada.

Por isso, não vale a pena discutir sobre este assunto, Sr. Deputado, e muito menos indignar-se. Aliás, o vosso secretário-geral, já em tempos, disse que não haveria democracia parlamentar em Portugal e até hoje não se desdisse, antes pelo contrário. Efectivamente, os senhores têm programaticamente a confirmação dessa vossa posição estratégica.

De qualquer forma, gostaria que me respondesse à seguinte questão: na República Democrática Alemã — democrática! — vigora ou não um regime democrático? Responda-me a esta pergunta, sem vacilar! Diga-me se na RDA, no entendimento do vosso partido e não obtante o adjetivo «democrático», vigora ou não um regime democrático?

Sr. Deputado, discuta politicamente, assuma as posições do seu partido e deixe de insultar-nos, porque isso ficará-lhe-muito melhor.

Porém, se que me surpreende não são os vosso insultos, porque eles não são de hoje, nem na facilidade com que nos fazem; quando discutimos questões que são fundamentais, e que só podiam ser feitas por pessoas que estavam aí. E aí está o problema.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Não, não!

O Orador: — Claro, o senhor diz que não, porque as questões da democracia, para si, são secundárias — aliás, o senhor diz que estas questões são secundárias para o País. Porem, quando discutimos estes problemas, o Sr. Deputado insulta-nos com tanta facilidade que isso, só por si, demonstra bem que, se pudessesem, os senhores voltavam a fazer hoje o cerco à Assembleia da República. Se assim não fosse, os senhores não nos insultariam com essa facilidade, nem se recusariam a discutir frontalmente a questão da democracia e do regime!

Mas, o que nos surpreende, não é o fato de os senhores insultarem quem discute i política, desassombroadamente convosco, sobretudo a questão da democracia. Os senhores não insultam quem é tolerante, ou melhor, transigente, em relação a estas questões fundamentais, por isso os senhores, hoje, não insultam a nova direção do PS, mas insultavam-nai há algum tempo, atrás (quando) elas estavam no PPS, não transigiam sobre a questão fundamental (para o nosso país) que era a de saber: que regime queriamos para Portugal.

...A novaz direcção do PS tránsigé (convosco) como aqueles, ou muitos daquelas, que hoje dirigem o PS tránsigiram em momentos decisivos para o futuro de Portugal, ou seja, quando estivemos nôo gonalvismo? Quando se discutiu se haveria ou não democracia em Portugal, muitos dos actuais dirigentes do PS, do novo PS, estavam do outro lado da barricada, não estavam com os socialistas, não estavam com todos aquelas que se juntaram na Fonte Luminosa para defender a democracia.

Por isso, os senhores hoje insultam-nos como insultavam nessa altura os soaristas, quando discutíamos a questão da democracia. Hoje, os senhores estão novamente confortados com a transigência da nova direcção do PSD, mas devo lembrar, ela sempre transigiu convosco em questões fundamentais nomeadamente na questão da democracia, na do modelo de sociedade de estatização ou não, na das alianças e na preferência que não de fazendas com o PCP.

„Quanto a este assunto, a nova direcção do PS, muitos dos principais e actuais dirigentes do PS, sempre esteve, convosco — aliás, isso não me supreende —, por issos os insultos que hoje nos dirigem são exactamente iguais àqueles que dirigiram no passado aos soáristas, e fizcraram-nos muitas vezes aqui, no Plenário? Tantas vezes os senhores insultaram o antigo secretário geral do PS e actual Presidente da República, Mário Soares.

Conhecemos bem os vossos insultos e, felizmente, os senhores hoje não podem voltar a fazer o cerco à Assembleia da República.

Entre tanto, assumiu a presidência a Sr. Vice-Presidente Manoel Aguiar. Repondeu-lhe o General Ribeiro que o seu governo não podia aceitar a sua renúncia, e que o seu governo continuaria a exercer as suas funções.

Sr. Deputado, que me permite a palavra?

A Sr.^a Presidente: — Para que efeito, **Sr.^o Deputado?**

- O Sr. António Guterres (PS): «Sr. Presidente, só para dizer que o Grupo Parlamentar do PS já não perde tempo a protestar contra as declarações do Sr. Deputado Silva Marques.

Sr. Silva Marques (PSD): Não percebo nenhuma.

SEU AÍ PRESENTE IZQUIERDISTA DIZ QUE OS MIGOS TECNOLOGICOS COMO

or A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Sr.º Presidente: peço a palavra para interpelar a Mesa: sobre o que se discute no processo de cassação da chapa Dilma Rousseff e o que obviamente é o que o Poder Judiciário deve fazer com a chapa. — Sr.º Presidente: — Faça favor, Sr.º Deputado.

obAvs Sr.º Natália Correia (PRB); Ab Sr.º Presidente.

or A.S.R. Natacha Correia (PDR). — PA Si, é presidente, está certamente no segredo de uma situação que, de facto, me perturba. D.P. Obviamente que os efeitos só ovisitam o Arzinho na interpelação desvia-se dos servos políticos que o quecem esta Assembleia, nos quais verifico a presença do anticomunismo em que muitos, inclusivamente eu, haveríem parado, e parece-me, fui das primeiras pessoas a querer, não contra o comunismo, mas, contra a política que os comunistas seguem. De facto, não percebo como é que se pode ser anticomunista quando já não há comunismo! Isto aflige-me e faz-me desistir da Assembleia; uma coisa um pouco cedida, mas que é que é que é?

- Sr. Presidente, verifico que, em nome da deusa «modernização», venerada pela tecnocracia, se notam alterações, neste espaço, entre as quais a colocação de holofotes no tecto, artisticamente envidracado, o que

levoi a que se quebrassem alguns dos venerandos vidros. Pergunto a V. Ex^a: à Mesa ou a quem possa responder-me nesse pódio, qual a razão dessa ira contra o estético, vidro e do amor ao inestético, holofote? Acaso acabará por triunfar n'esta Sala a cenografia, ofensiva do seu valor patrimonial, que começou por ser anunciada pelos painéis electrónicos; e prossegue no sacrifício do artístico vidro ao técnico holofote? os quais em segredo zinem o mundo que

Uma voz do PSD: — Mas os holofotes, necessários, só se conjugam com certa simpatia, que impõe

A Oradora: — Mais escusavam dc sacrificar o vido! Partiram-no! Quando e m rimo obro fenza daa conciliaçao os oportuni-
A Sr. Presidente: — Sr. Deputada, neste momento a Mesa não está em condições de explicar as razões técnicas pelas quais os holofotes tiveram de ser colocados onde foram. Légo que essas explicações sejam obtidas certamente que as divulgaremos.

-eu ob sezonomilei soz obzivadim a obnachom. SII on oO Sr. Silva Marques (PSD) (St.º Presidente) peço a palavras de todos a favor da sua abertura.

-**A Sr.^a Presidente:** Para o que é certo, a Sr.^a Deputada está certa. Ainda que a Sr.^a Silva Marques (PSD) não tenha sido presidente da comissão de ética, é de todos os conhecimentos que a mesma é a responsável por ter autorizado a abertura de inquérito ao deputado. A Sr.^a Presidente, para responder à Sr.^a Deputada, Natália Correia, uma vez que...

A Sr.^a Presidente: — Sob a forma de interpelação já

Exacto **Marken Silks** **Silks** **Debutantes** **Debutantes** **Debutantes** **Debutantes** **Debutantes** **Debutantes**

O Sr. Silva Marques (PSD); — Exatamente. Sr. Deputada Natália Correia, existe comunismo, sim, no sentido em que falou, e não no sentido utópico.

De facto, o comunismo real existe, quer no plano externo — por exemplo, na RDA, de onde fogem diariamente milhares de pessoas — ou no seu

Protestos do PCB — O PCB realizou protestos em São Paulo e Rio de Janeiro contra o golpe militar. No Rio, os protestos foram realizados na Praça da Sé, na Praça XV, no Largo da Carioca e na Praça da República.

... quer no plano interno; porque o PCP, em diversos locais e em todo o sítio onde pode, trata a coisa pública como se fosse sua e privada — vide Câmara Municipal de Loures e Câmara Municipal do Seixal! Pôrtanto, Sr.^a Deputada, esse comunismo a que a Sr.^a Deputada diz opor-se também existe de facto, pelo que me supreende que a Sr.^a Deputada, não sei por que circunstâncias, lhe feche os olhos.

A Sr.^a Natália Correia (PRD): — Isso não é comunismo, é totalitarismo.

A Sr.^a Presidente: — Solicito que este debate entre os Srs. Deputados termine para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a Presidente: — Para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr.^a Presidente, para manifestar a minha surpresa em relação ao que acaba de acontecer.

Não sei se isto vai ser o estilo da nova sessão legislativa dirigida pelo PSD, mas o que é certo é que o Sr. Deputado Silva Marques faz perguntas às quais também responde. Não entendo isto e penso que esta questão devia ser esclarecida, uma vez que não pode constituir precedente dos nossos trabalhos, pois trata-se de uma violação total do Regimento feita por aqueles que proclamam falar em nome da democracia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa deu a palavra aos Srs. Deputados que a pediram para a interpelar e, como sempre acontece, a Mesa não pode controlar o conteúdo das interpelações antes de elas serem feitas.

A Sr.^a Deputada Natália Correia interpelou a Mesa relativamente aos holofotes; porém, fez considerações prévias, às quais, sobre a mesma forma de interpelação, o Sr. Deputado Silva Marques resolveu associar-se e a Mesa, não podendo controlar previamente nenhuma das interpelações, deixou-as seguir.

Tem a palavra, ainda para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Luís Filipe Menezes.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Deputado Carlos Brito, não vou pôr questões nem fazer comentários quanto às críticas que o Sr. Deputado fez ao Governo do PSD e à sua maioria, pois penso que, no momento histórico que estamos a viver, enquanto o Partido Comunista não clarificar de uma forma perfeitamente pertinente as suas posições em relação às reformas que se estão a processar nos países de Leste, as discussões dos dirigentes comunistas...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É a moda da nova sessão!

O Orador: — ... devem ser com o Sr. Gorbachev, com o Sr. Jaruzelsky e com os reformistas do ex-Partido Comunista Húngaro. Depois de os senhores se entenderem com eles, venham discutir connosco as vossas propostas!

As questões que vou colocar ao Sr. Deputado têm a ver com as palavras que proferiu quanto aos inquéritos parlamentares. Quando o Sr. Deputado aborda esse assunto, está em causa a dignidade da Assembleia da República no seu todo e de cada um dos deputados, particularmente daqueles que participam de uma forma dedicada nesses inquéritos parlamentares.

Não temos dúvidas de que toda a legislação que suporta os inquéritos parlamentares precisa de ser melhorada e aperfeiçoada. Nós próprios já levantámos esse problema em conferência de líderes e penso que outros partidos democráticos reflectiram num passado recente sobre essa questão; estamos, pois, prontos a encarar as alterações indispensáveis.

Todas as críticas que o Sr. Deputado Carlos Brito faz à forma como decorrem os inquéritos parlamentares não consubstanciam mais do que a sua dificuldade em aceitar os mecanismos democráticos, ou seja, em aceitar que nas comissões parlamentares a vontade que prevalece é a da maioria, de uma qualquer maioria, daquela que é a maioria circunstancial. Sempre foi assim no passado, continua a ser agora e penso que, de uma forma que é querida a todos os democratas, continuará a ser no futuro. E nós nunca fizemos disso um cavalo de batalha, mesmo quando por decisão política foi esquecido por esta Casa aquilo que, na nossa opinião, continuamos a considerar um facto muito importante, o crime de Camarate.

Sr. Deputado Carlos Brito, para terminar, lanço-lhe um desafio: tome — o senhor e o seu partido —, em relação à figura do inquérito parlamentar, a mesma posição de coragem e de transparência que a maioria tomou no passado recente, deixando, por exemplo, com o seu voto, que esses inquéritos parlamentares sejam públicos.

Esta Câmara aprovará certamente, nas próximas semanas, um inquérito parlamentar às actividades dos dirigentes comunistas nas Câmaras do Seixal e de Loures. Desafio-vos, desde já, para que, com o vosso voto e certamente com a posição favorável dos dirigentes comunistas que irão passar nessa comissão de inquérito, toda a comunicação social possa assistir a esses debates.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Seria a plena transparência!

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Começo por responder de uma forma telegráfica ao Sr. Deputado Silva Marques para lhe dizer, em primeiro lugar, que é uma coisa que admiro no Sr. Deputado é que tem muidão de partido mas mantém sempre uma coerência: nunca foi democrata!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Só pertenci ao vosso e ao meu, não tenho outro!

O Orador: — Segunda questão: o Sr. Deputado considera que os impropérios na vossa boca são frontalidade e que as críticas na nossa boca são insultos. É a sua maneira de ser democrática!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Claro, o senhor insultou-me!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Psiu!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Faça «psiu» na RDA!

O Orador: — Sr. Presidente, pedia-lhe que o Sr. Deputado Silva Marques pudesse ser chamado à atenção para me deixar falar e se ele quiser pedir alguma interrupção, sempre o tenho permitido...

O terceiro ponto que queria referir ao Sr. Deputado Silva Marques, é o de «que tal é qual como nós não reconhecemos ao Sr. Deputado Montalvão Machado o direito de passar atestados sobre quem é democrata e sobre quem não é, também não lhe reconhecemos» o Sr. Deputado Silva Marques, o direito de fazer testes seja a quem for. Sobre essa questão dos testes, o Sr. Deputado deve estar enganado no lugar, deve estar a pensar num lugar diferente, estamos na Assembleia da República e, portanto, tenha isso em consideração.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A quarta questão é a de «que os comunistas votaram no actual Presidente da República, o PSD» é que não; os comunistas votaram contra o candidato do PSD.

Passando às questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Filipe Meneses, queria dizer-lhe que a vossa própria concepção de democracia, a mancira, como os senhores se atrevem a fazer testes e a querer passar atestados é a manifestação mais clara da vossa verdade democrática. Os senhores querem dizer democracia mas não sabem como e é essa a vossa manifestação é a manifestação de como os senhores estão mal dentro desse regime, não se sabem colocar devidamente o que, aliás, torna os contornos de expressão muito vívida em muitas intervenções do vosso chefe; o Sr. Primeiro Ministro.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não respondeu às minhas perguntas!

O Orador: — Quanto à questão das comissões de inquérito, quero dizer-lhe, Sr. Deputado Luís Filipe Meneses, que pela nossa parte pode contar com toda a disponibilidade para rever o estatuto das comissões de inquérito e também pode contar com toda a nossa disponibilidade para que os trabalhos de todas as comissões parlamentares sejam abertos à comunicação social e sejam públicos.

O Sr. Luís Filipe Meneses (PSD): — Então, vão votar a favor?

O Orador: — Não é por nossa intervenção nem é por nossa oposição que os trabalhos das comissões parlamentares, incluindo as de inquérito, não são públicos. Sempre nos batemos por isso, somos defensores de que os trabalhos da Comissão Permanente devem ser públicos e temos defendido essa posição em todas as demais comissões.

Portanto, Sr. Deputado Luís Filipe Meneses, o seu desafio é o de alguém que tem estado um pouco desatento ao que têm sido as nossas posições e só por isso é que o senhor nos pode fazer as acusações de antide-mocrata que nos faz.

Portanto, Srs. Deputados Luís Filipe Meneses e Silva Marques, leiam o nosso programa, porque a vossa incompreensão a nosso respeito é, em muitos casos, uma questão de falta de cultura ou, até menos, de falta de leitura, como é o vosso caso.

Aplausos do PCP: — (Aplausos) O Sr. Silva Marques (PSD): — Não respondeu às minhas perguntas! — (Aplausos)

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não respondeu às minhas perguntas! — (Aplausos)

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma declaração política, o Sr. Deputado António Barreto. — Isquiável, Sr. Presidente? — Sessão em regularidade. O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista desejo saudar todos os colegas: Presidente, membros da Mesa, dirigentes, líderes, grupos parlamentares e deputados em geral. A todos desejo boa sessão legislativa e bom trabalho. A todos desejo polémica e combate em bom clima civilizado e tolerante. (Aplausos)

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Desejo ainda com especial sentimento evocar os deputados Gomes da Silva, João Soares e Nogueira de Brito, enviar-lhes as nossas saudações e significar-lhes a nossa alegria por sabermos que venceram esta luta. Voltem depressa!

Aplausos gerais.

Permito-me finalmente saudar o Presidente da República, o que fariam de qualquer modo ao começar esta sessão legislativa (recordo que é a última a caber inteira dentro do seu primeiro mandato...), mas o que fazemos com tanta ou mais emoção quanto pudemos acompanhar a sua angústia de alguns dias e o modo exemplar como agiu na sua qualidade de Chefe de Estado.

Aplausos gerais.

O Orador: — Quanto à questão das comissões de inquérito, queria dizer-lhe, Sr. Deputado Luís Filipe Meneses, que pela nossa parte pode contar com toda a disponibilidade para rever o estatuto das comissões de inquérito e também pode contar com toda a nossa disponibilidade para que os trabalhos de todas as comissões parlamentares sejam abertos à comunicação social e sejam públicos.

O Sr. Presidente: — Ao darmos início à 3.ª sessão desta legislatura, os socialistas convidam todos os seus pares aquela reflexão séria e serena, politicamente empenhada, mas partidariamente desapaixonada, sobre a nossa instituição parlamentar. Consideramos ser este o momento mais oportuno para passarmos os 5 anos sobre a queda do regime autoritário vivendo o processo de construção da nova instituição.

Com efeito, encontramo-nos a meio da V Legislatura (caso estiver chegando ao seu termo...) e as instituições democráticas foram judiciosamente depuradas de elementos de inspiração estranha; a segunda revisão constitucional foi operada com êxito; a estabilidade política já não é uma garantia por outros factores que não sejam a perícia ou a impérios do Governo, da maioria ou da oposição.

A integração europeia está, por ponto de vista institucional, encimada, foi confirmado com as eleições deste ano, mas isso não é o fim.

Durante esta sessão legislativa, um acontecimento dará relevo ao movimento político: são as eleições autárquicas. Na sessão seguinte, as presidenciais (ou a reeleição; como alguns pensam...) marcarão as emoções políticas.

As alterações institucionais do sistema económico, decorrentes da revisão, produzirão os seus efeitos a curto prazo — é o que se espera do Governo, mesmo que sejam fundadas ás duvidas sobre a sua bondade ou sobre a sua eficácia (sua, delas, Governo...) Finalmente, a entrada em funções do novo Tribunal Constitucional é também um facto a ter em conta, com o resultado de que o

Quer isto dizer que é agora o momento oportuno, ideal mesmo, para tratar de dois assuntos institucionais. O primeiro, apenas o mencionarei, porque para outra altura ficará, não porque não seja importante, é mesmo muitíssimo importante e cada vez mais urgente: estou a referir-me à descentralização em todos os seus aspectos, incluindo a regionalização e as reformas da Administração.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — O segundo, e é esse que nos ocupa, é a reforma, ou antes são as reformas da instituição parlamentar. Amputados de muitas décadas de tradição democrática, começámos, em 1976, a construir esta Assembleia, desde os aspectos estritamente internos até ao grande plano das suas relações com os restantes órgãos de soberania, muito especialmente o Governo.

Mas devemos honestamente reconhecer que, por erros e inexperiências, entre caprichos e despotismos, não se conseguiu ainda atingir um ponto de equilíbrio razoável.

Valerá a pena recordar os deputados e governantes de outros tempos que faziam deste Parlamento o centro nevrálgico da vida política?

Em democracia, mesmo com os «claros-escuros» de cada tempo, não houve dirigente nacional que se não fizesse ou não passasse pelo Parlamento. Era uma instituição que dava dignidade a quem a frequentava e que era paga com a mesma moeda.

A comparação da nossa Assembleia de hoje com aqueles tempos e, melhor ainda, com os parlamentos democráticos contemporâneos, é-nos francamente desfavorável!

O debate político parlamentar e a fiscalização do Governo são, no Portugal pluripartidário, menores do que em sistemas bipartidários, o que é absurdo! Acrescentar-me que, em certos aspectos parcelares, o Parlamento Português tem menor eficácia do que um ou outro parlamento comunista em transição para a democracia, o que é um paradoxo estranho!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os parlamentos não só limitam às suas funções de legitimação e representação. São também indispensáveis para a colaboração institucional e a separação dos poderes. São ainda essenciais para a visibilidade e o esclarecimento públicos da vida política e para o melhoramento das leis. São, finalmente, por excelência, o instrumento de fiscalização do Governo e da Administração.

E estas funções tanto são exercidas em situação de maioria parlamentar como em qualquer outra imaginável. Ter a maioria não isenta o Governo de deveres nem o liberta de fiscalização. Pelo contrário: uma maioria comporta evidentes riscos que exigem reforçada fiscalização.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ora, o que se passa actualmente, desde 1976, mas de modo particularmente agudo desde 1987, é que o Parlamento Português tem praticamente amputadas as suas funções de debate político e de fiscalização. Poderá também utilizar a expressão automutilação, reconhecendo que a limitação ou a atrofia da Assembleia da República não se poderia ter consumado sem a colabo-

ração (ou cumplicidade...) de um grupo parlamentar maioritário.

O princípio de autonomia parlamentar é essencial, mas é frequentemente posto em crise, mesmo se de modo aparentemente insignificante, como quando, por exemplo, não é possível aos deputados contactarem directamente as instituições ou solicitarem a presença de dirigentes públicos.

A modernização dos equipamentos é necessária, mas é secundária. Importante é a modernização do processo legislativo e dos métodos de documentação e investigação, a bem da excelência e do rigor da actividade legislativa.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — A institucionalização da Assembleia da República é precária, sendo vários os factores responsáveis por essa situação negativa, entre os quais sobressai o sistema de substituição de deputados, antes valeria dizer de rotação, a que urge pôr limites muito sérios.

O último ano foi uma demonstração viva da necessidade de reforçar os mecanismos de fiscalização do Executivo e de aperfeiçoar os instrumentos de inquérito. Não tenham dúvidas, Srs. Deputados, perante a opinião pública, a maneira escandalosa como os inquéritos são utilizados para propaganda da maioria pode em causa toda a credibilidade do Parlamento. E não julguem os deputados da maioria que, a coberto do Partido-Estado, ficam imunes a essa crise de consciência! A opinião pública está frustrada com o teor desculpatório dos inquéritos e nós devemos aos Portugueses a alteração do sistema de inquérito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo, por convicção, talvez, por falta de experiência parlamentar, seguramente, forte de uma «maioria-ferrinho», nem cumpre os seus deveres fundamentais para com a Assembleia, nem deseja enriquecer a instituição representativa.

O Governo, por exemplo, dá à imprensa, em monólogo, o primado das informações que deveria dar, em diálogo, ao Parlamento; não estimula nem se presta ao debate político vivo e regular. O Primeiro-Ministro é uma rara e pomposa visita a esta Assembleia. O Governo não responde completa e diligentemente aos requerimentos; não fornece suficientes informações e estudos mandados fazer com os dinheiros do contribuinte e controla boa parte dos contactos externos dos deputados e das comissões. Convenhamos: muito teremos de fazer para que as relações entre o Governo e o Parlamento sejam pelo menos aceitáveis do ponto de vista democrático.

Noutro plano ainda pretendemos introduzir algumas mudanças que se nos afiguram essenciais. Os direitos individuais dos deputados, do voto à intervenção, do apoio técnico à documentação e às condições de trabalho, necessitam urgentemente de ser cuidadas e valorizadas. Os constituintes tiveram a sensatez de eliminar explicitamente todas as formas de mandato vinculado, mas a prática criou um mandato colectivizado, o que é defeito grave.

Os socialistas pretendem instaurar a dignidade individual do deputado, para além da sua também legítima condição de membro de um grupo parlamentar. Mais ainda: os socialistas querem trabalhar mais e melhor e não têm reivindicações salariais nem procuram novos privilégios.

Aplausos do PS.

— Não queremos dificultar a acção dos governos nem queremos travar ou criar obstáculos à Administração. Mas temos o direito de exigir mais respeito pela instituição representativa do soberano, como os temos legitimidade para exigir mais debate político e um processo legislativo mais rigoroso e mais visível. Gostaríamos de não ter de esperar por 1991 para levar a cabo estas reformas necessárias.

— Os Portugueses observam-nos, Srs. Deputados, e, por mais estranho que lhes pareça, também observam os deputados da maioria, que se encontra em solitário sob o olhar geral. Srs. Deputados de todo o hemiciclo, meditem neste convite/desafio que os socialistas vos dirigem hoje. Vamos cuidar da Assembleia porque, se o fizermos, cuidaremos do futuro da democracia.

— E gostaria de endereçar este convite muito especialmente aos deputados da maioria. Entre estes, vejo alguns que lutaram pela democracia "antes" e "depois" de 1974. Vejo também os que têm uma sólida e útil experiência parlamentar, como também os que contribuíram para a evocação recente de temas liberais no debate político. E em especial a esses que me dirijo, e eles sabem que tenho razão. Juntamo-nos para melhor cumprir o nosso dever e melhor merecer o título que ostentamos e a confiança que em nós depositaram.

— Hoje mesmo, em nome do meu grupo parlamentar, entregarei na Mesa um extenso conjunto de propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sugerindo medidas e alterações a tomar para melhorar o funcionamento da Assembleia da República.

Aplausos do PS, do PRD e do CDS.

A Sr. Presidente: — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Silva Marques, Carlos Encarnação Pacheco Pereira, Carlos Brito e Pegado Liseira. Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Barreto: Façamos, hoje, uma reflexão séria e serena! Surpreendo-me, contudo, que o Sr. Deputado não faça, desde logo, uma reflexão séria e serena sobre a questão da vossa aliança com o Partido Comunista. O que é que o Sr. Deputado não faz?

O Sr. Orador: — Sr. Deputado, nemigre para a RDA e utilizei aí o seu livre discurso! Vou dizer que a sua questão é de facto, a democracia, hoje, felizmente, não está em causa, mas está em causa o modelo governativo. A vossa aliança com o Partido Comunista põe esta questão: se os senhores forem governo com os comunistas, podem privatizar ou não? Em que termos? Vão manter as nacionalizações ou aumentá-las? É aqui que se põe a questão, que os senhores nunca abordaram.

— E mais: muitos dos actuais dirigentes do Partido Socialista foram adeptos do socialismo estatizante e até hoje não fizeram uma declaração pública dando conta da evolução das suas ideias. Não pode escamotear esta questão, Sr. Deputado António Barreto! O senhor, individualmente, não tem nada a ver com ela, pelo contrário. O senhor respondeu a estas questões de forma diferente

de muitos dos seus dirigentes nacionais actuais. Porém, eles responderam ao contrário do Sr. Deputado, como membro do Partido Socialista, não pode escamotear a questão que lhe restou a colocar e o repto que lhe estou a dirigir, que é a questão frontal: o que é que o Sr. Deputado diz sobre a questão da modernização do Parlamento, estou de acordo, Sr. Deputado, sem que deixe de lhe lembrar várias coisas. V. Ex.º sabe muito bem que estou de acordo com a afirmação genérica dos seus princípios, mas as coisas resolvem-se na prática. Lembra-se, Sr. Deputado, que eu já vi aqui, várias vezes, os deputados da sua bancada juntamente com os do Partido Comunista, a aplaudir de pé as insubordinações na galeria, ou, talvez, a elas obedienciam obedece a si mesma obviamente, acima de tudo. O Sr. José Lello (PS): — É mentira!

O Sr. Orador: — Elas questões do Parlamento também começam por aqui, através do comportamento dos deputados face a questões-chave das instituições do nosso país. Mas passemos à análise teórica, isto é, Sr. Deputado, prefere, embora as questões que fui a resolvê-las na prática, a falar de questões que fui a resolver na teoria. Vamos falar de questões que fui a resolver na teoria.

O Sr. José Lello (PS): — É mentira; é uma grande aldrabice!

O Sr. Orador: — Não é mentira, usei o termo de «aldrabice» porque é isso que é. Eu já vi aqui os deputados socialistas — o Sr. Deputado provavelmente não estava cá — acompanhando os comunistas a aplaudir as insubordinações na galeria.

O Sr. José Lello (PS): — Não viu nada!

O Sr. Orador: — Mais, não viu nada, até hoje, os deputados socialistas defendem frontalmente a capacidade de actuação das forças policiais do nosso país. Os socialistas sempre tiveram vergonha de apoiar aqueles que têm como função defender o Estado democrático português.

O Sr. José Lello (PS): — O senhor é que não tem vergonha nenhuma!

O Sr. Orador: — Repito, Sr. Deputado, eu não queria falar da polícia porque, perante uma situação de radicalização, difícil... E, o Sr. Deputado desminta com factos que restou a afirmar! Estou a desafiar-lo para uma discussão concreta, e não apenas teórica, sobre as questões levantadas pelos Sr. Deputado António Barreto. Mais, vamos à teoria, já que tanto vos preocupa a prática: qual é a solução?

O Sr. Deputado António Barreto diz que «é preciso defender a individualidade dos deputados», e eu reafirmo-o, sim. Mas a individualidade dos deputados da minha bancada tem sido rebatizada há muito tempo: de dois anos, de seis, não, de oito, Sr. Deputado, é que é frémio de preocupações a esse respeito... e isso é o que se tem feito.

Os deputados da minha bancada têm tido, não em termos regimentais, porque isso nem faz parte do Regimento, mas em termos factuais, três vezes menos possibilidades de exprimir as suas opiniões do que os deputados da oposição. Isto não é respeitar a individualidade! Por isso, espero que as suas propostas do Sr. Deputado venham respeitar também a individualidade dos deputados da minha bancada, porque não é pelo facto de nós sermos 148 que não devemos ter o mesmo respeito entre nós, mas a individualidade dos deputados da oposição.

Espero que o Sr. Deputado respondida esta questão. E, ainda no plano da teoria, coloco-lhe outra, Sr. Deputado; já que os senhores tanto se amofinam com ás questões práticas. Eu desafio-o, Sr. Deputado, a indicar-me um parlamento democrático onde os direitos da oposição sejam tantes como no nosso. Diga-me, Sr. Deputado, em termos de agendamento, em que outro parlamento os partidos da oposição têm tantos direitos potestativos de agendamento como no nosso? E o mesmo em termos de interpelações, de declarações políticas e de ratificações...

Quando o Sr. Deputado diz «os senhores servem-se dos inquéritos para propaganda política», pergunta-se: então os senhores não podem ser suspeitos da mesma razão? Sr. Deputado, não parta para as questões teóricas servindo-sc de uma posição manicaísta! Propostas concretas é que interessam, Sr. Deputado!

A Sr.º Presidente: — O Sr. Deputado António Barreto deseja responder já ou no final?

O Sr. António Barreto (PS): — No final, Sr.º Presidente.

A Sr.º Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

Srs. Deputados; lembro a VV. Ex.º que os pedidos de esclarecimento devem ser formulados em três minutos. A recomendação não é obviamente dirigida ao Sr. Deputado, mas aos Srs. Deputados que falaram anteriormente.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr.º Presidente, vou ser muito breve, pois é apenas para chamar a atenção do Sr. Deputado António Barreto, cuja intervenção ouvi com muito gosto e que foi, segundo penso, uma exaltoração da sua e da nossa bancada, em suma, de todos, em relação ao comportamento de todos nesta Assembleia, não sendo propriamente uma intervenção que se possa assacar, no seu aspecto negativo, a uma bancada da maioria nesta Assembleia e neste circunstancialismo histórico. É, sim, uma coisa que, na verdade, já devia ter sido feita há muito tempo, se é que não foi feita.

Lembro-lhe, Sr. Deputado, as reflexões que os próprios deputados do PSD, por exemplo na última sessão legislativa, fizeram em relação ao nosso comportamento e ao papel do debate político na Assembleia. VV. Ex.º fizeram muito recentemente umas jornadas parlamentares e é natural que, na vossa memória, as suas conclusões estejam ainda frescas. Estão, porém, menos frescas as nossas conclusões do ano passado, mas, assim mesmo, elas referidas são extremamente relevantes porque são coincidentes naquilo que de mais importante nós pretendemos, ou seja, aumento do papel da Assembleia; aumento do debate político. Nisto, VV. Ex.º estão connosco e nós estamos com VV. Ex.º

É evidente que já não estamos convosco quando V. Ex.º diz que esta maioria e este Governo têm desrespeitado a Assembleia. Isso não é verdade e gostaria que V. Ex.º me dissesse em quantas legislaturas, em quantas sessões legislativas, o Governo esteve mais tempo presente nesta Assembleia do que na última sessão legislativa. Por outro lado, também não é verdade a diminuição que V. Ex.º pretende do papel destes deputados nas comissões de inquérito e nas interpelações que a oposição faz e dirigi a este Governo e a esta maioria.

V. Ex.º encontrou aqui uma actuação isenta, imparcial e honesta da parte dos deputados, designadamente nas comissões de inquérito. E se V. Ex.º tem dúvidas em relação à forma como elas decorrem, com certeza que poderia dizer ao próprio Partido Socialista que se devia ter preocupado há mais tempo com o regime do seu funcionamento.

Em último lugar, queria dizer, Sr. Deputado António Barreto, que nós estivemos preocupados durante muito tempo com coisas que há muito tempo devíamos ter alterado, e foi esse o caminho das sucessivas revisões constitucionais. Infelizmente V. Ex.º e o Partido Socialista acordaram tarde para as modificações e ficam muito aborrecidos por o Partido Social-Democrata estar sempre à frente naquilo que se tenta como novas modificações, novas alterações para melhoria do regime.

Esperemos que agora V. Ex.º tenha, com essa centelha de génio que se lhe reconhece, alertado o próprio Partido Socialista para os contornos possíveis de uma nova revisão constitucional em relação ao papel do Parlamento. Para esta, V. Ex.º já veio atrasado, e foi pena. Podíamos ter discutido, nesta revisão constitucional, questões que V. Ex.º aqui levantou hoje; mas que infelizmente não foi possível discutir, porque temos de modificar muita coisa, inclusivamente o regime económico, como V. Ex.º disse, e coisas que são perfeitamente caducas e velhas, que já não deviam estar na nossa Constituição há muitos anos e só agora vivemos um debate político muito grande e profundo para as conseguir modificar.

Espere que V. Ex.º seja aquele sopro que, já lhe vi há algum tempo atrás — renovador e de modernidade para essa bancada do Partido Socialista, a quem auguro, como V. Ex.º disse, e bem, que veja em si ideias novas, que veja em si, mais do que ideias novas, soluções novas, que veja em si, mais do que soluções novas, argumentos novos para o combate político e para melhoria do nosso próprio debate político. V. Ex.º não é certamente aquele descrito de ideias em que o Partido Socialista se tem afundado nos últimos tempos. A isso lhe faço justiça.

A Sr.º Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr.º Presidente, Sr. Deputado António Barreto: Penso que nos congratulamos com intervenções deste tipo e penso que terá, da nossa parte, aquilo que é uma resposta séria e construtiva a essas preocupações. De todos nós há uma preocupação em melhorar o prestígio e o funcionamento da instituição parlamentar e quando se fala em linguagem construtiva, quer venha de deputados da maioria quer da oposição, quaisquer que eles sejam, mesmo nalguns casos de uma perspectiva de oposição, nas dificuldades e nos impasses da vida parlamentar, nós estamos dispostos a contribuir para um diálogo e para um debate sobre esta matéria.

Gostaria, no entanto, de me referir a dois ou três pontos da sua intervenção nos quais, quanto a mim, esse espírito de diálogo e debate é superado por um espírito de oposição, que leva a uma análise fragmentada da realidade, como, por exemplo, a questão dos inquéritos parlamentares.

Também a nós preocupa o que se está a passar com os inquéritos parlamentares, na medida em que o ataque que está a ser feito à instituição dos inquéritos parlamentares é, quanto a nós, extremamente prejudicial para o bom funcionamento da vida parlamentar. Quem, em

primeiro lugar criou o problema dos inquéritos parlamentares foi a oposição, quando «desatou» já pedir, por tudo e por nada, inquéritos parlamentares sobre muitas matérias em que era inevitável que as conclusões não iriam dar razão às acusações. O inquérito sobre o não pagamento de verbas pelo Casino do Estoril. Logo inevitavelmente as conclusões foram as que tinham querido. Portanto, o primeiro motivo de desvalorização dos inquéritos parlamentares foi o seu abuso para matérias que, em condições normais, não teriam nenhuma fundação fora do Parlamento, e que desde o princípio foram utilizadas como mecanismo de acusação política ao Governo. Portanto, inevitavelmente, não é de surpreender algumas das conclusões desses inquéritos. O segundo aspecto tem a ver com a acusação permanente, e penso que injusta, à maioria de utilizar instrumentos para monopolizar o inquérito parlamentar. Só chamo a atenção do seguinte: a grelha de tempos para os próximos debates parlamentares é sistematicamente desfavorável, não só às relações entre a maioria e as oposições como à própria capacidade de intervenção dos deputados da maioria. Por exemplo, na grelha A de atribuição de tempos o PSD, e o Governo têm 120 minutos e a oposição 155. Qualquer outra grelha mantém uma desproporção considerável entre aquilo que é a percentagem de pessoas e a percentagem de resultados eleitorais e a sua capacidade de intervenção no Parlamento. Por outro lado, na análise das fontes de dificuldades e de algum despréstígio das instituições parlamentares, o Sr. Deputado não foi tão longe como nós: gostariamos que fosse. Não é apenas o Governo, não somos apenas nós próprios que sómos responsáveis por algumas desvalorizações da instituição parlamentar. É também a forma como o sistema político se instituiu em Portugal, a forma como os partidos tiveram necessidade, por razões que, aliás, têm a ver com o mecanismo de implantação da própria democracia, de ter um papel na vida política portuguesa, papel esse que o funcionamento das instituições democráticas hoje talvez não justifique. Ou seja, há mecanismos de controlo da vida parlamentar, através da vida política e partidária, e isto é verdade para o Governo e para a oposição, que hoje não são necessários nem correspondem ao desenvolvimento da vida da nossa democracia e que, portanto, poderão ser vistos, e alterados e melhorados por nós.

O espírito da sua intervenção é aceitável. Pensamos que ela introduz um estilo de intervenção parlamentar para o qual estamos inteiramente abertos e queremos participar nesse debate político. Porém, gostaria de chamar a atenção para estas divergências particulares visto que o tempo não me permite falar delas.

A Sr.º Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr.º Carlos Brito (PCP). — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado António Barreto, ouvi com muita atenção e até com muito interesse a reflexão que aqui fez para apresentar um conjunto de propostas de alteração ao funcionamento da Assembleia da República, por parte do Partido Socialista. Não tive ainda ocasião de ler as vossas propostas; mas, na verdade, a reflexão suscitou-me muito interesse.

Em todo o caso, quero colocar-lhe algumas questões. Sem dúvida alguma que um dos pontos mais frágeis do actual Regimento da Assembleia da República é o que tem a ver com a área das competências fiscalizadora, e penso que, isso é, uma fragilidade do próprio regime democrático, como está presentemente configurado. Portanto, as relações entre a Assembleia da República e o Governo são pesadas, pouco ágeis e pouco adequadas a dar resposta aos acontecimentos da vida moderna. O instituto das perguntas ao Governo, tal como o temos actualmente, é uma figura que não se presta a qualquer esclarecimento, que não resolve qualquer problema.

Bom, se o instituto das perguntas ao Governo fosse

outro, a matéria que tem seguido para inquéritos parlamentares poderia muito bem ter sido dirimida, aqui, com o Governo. Isto é, poder-se-ia ter chamado o Governo para perguntas sobre essa matéria. Logo, as questões que se têm colocado, com premeditação, na opinião pública teriam sido resolvidas aqui, com a facilidade e em cima dos acontecimentos, com grande proveito para o País e para o próprio regime democrático.

Por outro lado, as interpelações rápidas, — uma outra ideia que tem sido discutida entre nós, não de uma maneira efectiva, mas que tem sido levantada por vários deputados, — como todas as formas de fiscalização da acção governativa, parecem-me ser extremamente importantes. Mas penso, Sr. Deputado António Barreto, que se tem encontrado uma total indisponibilidade, por parte da maioria governamental, para dialogar e aprofundar estas questões, mesmo as que trazem notória vantagem para o Governo. E aqui resfiro-me a um outro estatuto de perguntas ao Governo.

Em nenhum outro parlamento do mundo existe, um instituto de perguntas ao Governo, como o que temos entre nós. Portanto, quando os nossos colegas deputados cá vêm, contamos como são feitas, em Portugal, as perguntas ao Governo, passem, perante a infelicidade de tal sistema, provisoriamente, a observar o que está a acontecer.

O Orador: — Ora bem, o Governo e a maioria governamental têm mostrado uma total indisponibilidade para discutir e para aumentar os poderes de fiscalização da Assembleia da República. Tenho-me empenhado nessa questão, tenho-a suscitado, várias vezes em conferência dos presidentes dos grupos parlamentares e o que encontro do lado da maioria é claramente agora, aqui, as primeiras reacções foram, nesse sentido, é uma total indisponibilidade para considerar tais ideias.

Como é que o Sr. Deputado António Barreto pensa que se pode viabilizar um debate que envolva a própria maioria parlamentar e que lá leve a sair do imobilismo em que está colocada relativamente a esta questão?

Como sabe, estes problemas estiveram em discussão durante a revisão constitucional e creio que a revisão da Constituição não se saldou por um aumento das competências fiscalizadoras da Assembleia da República. Penso até que aconteceu o contrário, no que toca, por exemplo, ao instituto das ratificações, porque hoje ele está mais dificultado, ou seja, o Governo ganhou mais espaço, a Assembleia da República perdeu poder de intervenção. Creio que aí se pôde uma grande oportunidade e que o Partido Socialista tem responsabilidades nisso. O Partido Socialista tem responsabilidades no facto de a revisão da

Constituição, em termos das competências da Assembleia da República, ter tido esta evolução. Era a grande oportunidade de aumentarmos os poderes de fiscalização da Assembleia da República.

No entanto, não é esta a questão que quero colocar-lhe, embora seja uma questão real, é mais uma prova da posição do PSD nesta matéria, mas fundamentalmente esta: como é que vamos sensibilizar a maioria, que está imobilizada nos seus privilégios e nas suas posições, nestes anos que ainda faltam para o termo da legislatura, no sentido de operarmos algumas alterações ao funcionamento da Assembleia da República, que são fundamentais para o prestígio e a credibilidade da instituição parlamentar?

A Sr.º Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pegado Lis.

O Sr. Pegado Lis (Indep.): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado António Barreto, ouvi com particular interesse a exposição de V. Ex., fundamentalmente no que se refere aos direitos individuais dos deputados.

Retomo hoje as minhas funções nesta Assembleia, faço-o como deputado independente, e devo dizer que foi com particular surpresa que tomei conhecimento do actual Regimento da Assembleia da República. Não sei, mas o Sr. Deputado António Barreto esclarecer-me-á com certeza, as condições em que foi possível dar à luz esta verdadeira enormidade, que é hoje o nosso Regimento, que coarca completamente a possibilidade do exercício do mandato aos deputados, independentes.

Pelo actual Regimento, o deputado independente não tem direito a usar da palavra e se quiser exprimir algumas das suas posições ou mendiga o tempo aos grupos parlamentares ou utiliza alguns subterfúgios, como, por exemplo, a figura regimental do pedido de esclarecimento.

Porque me habituei, no Parlamento Europeu, a ser extremamente breve nas minhas intervenções e a dar uma grande importância ao tempo que se utiliza, pergunto-lhe, Sr. Deputado António Barreto, se pode, de alguma forma, ilustrar melhor a sua intervenção, ou seja, explicitar exactamente as medidas ou os direitos que entende que devem ser atribuídos a todos os deputados, inclusivamente aos independentes. Por outras palavras: que fórmulas é que encontra ou que estarão contidas nas suas medidas para, precisamente, poder utilizar essas faculdades?

Aproveito a oportunidade para, relativamente à questão dos inquéritos, que também focou, dizer que, embora não tenha estado no Parlamento durante dois anos, apercebi-me que a mancira como estes inquéritos parlamentares são conduzidos constitui, na opinião pública, um verdadeiro desacreditamento desta instituição, facto que é realmente fundamental.

Assim, pergunto-lhe, também: quais as medidas apresentadas pelo seu partido, neste momento, na Assembleia, que poderia ilustrar? Quais as medidas previstas, precisamente, para o reacreditamento dos inquéritos parlamentares, o reacreditamento da função de fiscalização do Parlamento, enfim, para a dignificação da função da Assembleia e da função dos deputados?

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Peço a palavra, Sr.º Presidente.

A Sr.º Presidente: — Para que escrito?

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Para interpelar a Mesa, Sr.º Presidente.

A Sr.º Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Quero dizer, Sr.º Presidente, que naturalmente o Grupo Parlamentar do PRD subscreve por inteiro a intervenção do Sr. Deputado Pegado Lis, nomeadamente no que respeita aos direitos dos deputados independentes, e, desté ponto de vista não fico muito aborrecido que o tempo por ele utilizado, um pouco inexplicavelmente, tenha sido descontado no tempo atribuído ao PRD. — embora esteja a verificar a sua correcção neste momento.

No entanto, aproveito para dizer, uma vez, que o Sr. Deputado Pegado Lis, invocou; e bem, a qualidade de deputado independente, que me pareceria desajustado o facto de o tempo gasto por ele descontar no do PRD, embora subscreva em absoluto, como é natural, a sua intervenção sobre os direitos dos deputados independentes.

Aproveito esta interpelação, uma vez que fui informado pela Mesa e por aquilo que é visível através do quadro electrónico, para sublinhar a questão de os tempos atribuídos à sessão de hoje não serem problema, o que é para mim, apesar de tudo, uma surpresa.

A Sr.º Presidente: — Assim é, de facto, Sr. Deputado. Para responder aos pedidos de esclarecimento, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Silva Marques, os problemas que aqui se trataram podem dividir-se, *grossomodo*, em três grupos: problemas constitucionais, problemas políticos e problemas Silva Marques.

Risos do PS e do PCP

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito obrigado!

O Orador: — Devo dizer que hoje vim falar a sério e foi a sério que fui ouvido por alguns dos seus compânicos de bancada, mas não pelo Sr. Deputado Silva Marques, o que lamento e me choca.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Aplausos do PS:

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é uma escusa!

O Orador: — Não é, não!

Sr. Deputado Carlos Encarnação: apraz-me saber que há conclusões coincidentes entre a reflexão que o próprio PSD não deixará de fazer todos os dias e as nossas.

Quero lembrar-lhe, porque me fez algumas referências, que, neste caso, foram descabidas e imprecisas, que estas propostas foram longamente trabalhadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que para o efecto reuniu em jornadas parlamentares. Foram discutidas e alteradas, pois houve várias propostas, e é de facto o conjunto de propostas do Partido Socialista e do seu grupo parlamentar, para o qual contribuíram vários, muitos, deputados individuais. Não é de todo uma proposta individual.

Creio que o Sr. Deputado Carlos Encarnação ficou um pouco incomodado com o facto de pretendermos iniciar a sessão legislativa com alguma nobreza, com alguma

preocupação pelas questões nacionais e institucionais, e não vimos aqui, tal como um colega seu, num bocadão para começar a chamada «caça às rolhas», começando a «disparar» para todos os lados. O Sr. Deputado ficou incomodado com a nossa pouca vontade em vir aqui com o que num pôncio para a barraca veio impulsionar algumas responsabilidades, nomeadamente quando disse «os senhores também são responsáveis». Está dito na minha intervenção «desde 1976», mas só agora o Sr. Deputado veio abrindo «portas abertas», desde que há uma maioria parlamentar assistimos à criação de tradições «frescas», que, acumuladas com tradições antigas, vieram agravar a situação. Os socialistas, nas jornadas parlamentares que realizaram no Porto e nas conferências de imprensa que depois fizeram, reconheceram que havia um acumular de experiências que devem ser corrigidas. O Sr. Deputado veio abrir «portas abertas», dizendo que há responsabilidades históricas, que há responsabilidades de todos nós, e sugeriu comparações com o passado. É um outro defeito que frequentemente alguns deputados da maioria têm, como se ficassem eternamente amarrados ao que fizeram os nossos pais, os nossos avós, ou os nossos bisavós. Aí não é só a Assembleia, actualmente Primeiro-Ministro e o de há dois, quatro, seis ou oito anos... essa comparação é ilustrativa! E sempre ilustrativa! Pode ser favorável ou desfavorável, embora não saiba se hoje será ou não favorável, e devo dizer-lhe que não é completamente indiferente. Analisar a situação actual, porque já agora também podemos comparar com o Estado Novo, mas penso que não vale a pena. Temos de analisar a situação presente. O exemplo, hoje, há abertura da sessão legislativa, seria delicado vir um membro do Governo na bancada? Seria esperável e saudável quer na primeira semana da sessão legislativa, por exemplo, o Primeiro-Ministro fizesse a apresentação de um programa legislativo para o ano seguinte, que é o que se faz em muitíssimos parlamentos europeus. Também isso não acontece. Seria igualmente bom, por exemplo, que tivéssemos aqui todas as semanas o Primeiro-Ministro...»

Há deputados do PSD que estão totalmente de acordo com isso e que só dizem em conversas privadas, mas não vou revelar os seus nomes, porque seria indelicado.

Na maior parte dos parlamentos democráticos ocidentais o primeiro-ministro vai todas as semanas ao parlamento, às vezes duas vezes por semana; e além disso há sessões de perguntas ao Governo também duas vezes por semana.

Criou que foi o Sr. Deputado Pacheco Pereira que disse que eu tinha afirmado que a maioria monopolizava o debate. Eu não disse isso! Não disse, de todo, porque o que se passa é que não há real debate político com o Executivo. Gostava de ter aqui o Governo todos os dias! Todos os dias um secretário de Estado, ou o Ministro dos Assuntos Parlamentares, para querer qual é existente ou não para estar aqui a tratar de assuntos parlamentares? É esse o debate? aprofundado, com o Governo, que "gostava" que tivéssemos aqui em permanência; e que "não temos". Não vou dizer se o Governo monopoliza ou não, pode mos fazer as contas da grelha, de mais minutos ou não, mas não é esse o ponto. O ponto não tem a ver com as horas atribuídas a cada um, mas sim com a essência do que é o debate político, que é meu opinião, é o debate, é

Por exemplo, os doze primeiros ministros da CEE reunem-se quando a reunião acaba de parar nos seus países; os outros, o primeiro sítio aonde se dirigem é só aí para lá.

meniores dizem: estive numa reunião da CEE, com os doze primeiros-ministros! Dizem o que se passou? Disseram: O nosso é que é que faz? Vai à televisão, não vem sequer aqui!

-**Há** uma grande reunião diplomática internacional com outros Estados, é o primeiro ministro de qualquer país democrático antes, às vezes, vai falar com a comissão dos assuntos estrangeiros e depois vai muitas vezes ao parlamento? O não só fala, vai à televisão? É este monólogo!!!, simbólico é o que o Dr. que está aqui tem que dizer -**O Sr. Carlos Encarnação** (PSD): Só os nossos? ou -**que** os que aqui estão são só os que vêm daqui? ou -**O Orador:** Ah! Sim! Deputado quer que o actual presidente os anteriores? Estamos a tratar destes, Sr. Deputado: mas

A St. Petersburg — Praha dříve
zde bylo všechno všechno všechno

O Orador: — Sr. Deputado, para fazer a história do Parlamento, o PSD propôs à Mesa a constituição de uma comissão para esse efeito, e devo dizer que estamos há anos e meio à espera. Se o que o Sr. Deputado quer fazer é a história do Parlamento, vamos a isso! Vamos fazer uma estatística de quantas horas os primeiros ministros vieram ao Parlamento? É muito interessante, é instrutivo...
S.º Sr. Carlos Encarnação (PSD): «...» S.º Sr. Deputado António Barreto, não exatamente isso que queremos é interromper o Sr. Deputado que está a falar. A sua intervenção é interessante, mas não é com certeza a que mais nos interessa. O que mais nos interessa é a sua intervenção. Sr. Deputado António Barreto, se conseguisse dar-nos a sua opinião sobre o que o Sr. Deputado António Barreto quis dizer, ficámos satisfeitos. Sr. Deputado António Barreto, não é exactamente isso que queremos fazer.

- «A única conclusão que quero tirar é a seguinte: «Vá Ex.º está preocupado com isto? nós também, mas o regime foi moldado destas maneiras e foi moldado por todos nós aqui. Houve alterações constitucionais, recentemente, limitadas, e estas matérias não foram discutidas! Digam sim, plenamente, isto é verdadeira ou não? se quisermos discutir estas matérias temos de nos conscientizar de que a história só está aí de que daqui para a frente poderá ser de outra maneira. Foi este o desafio que lhe fiz, e talvez resumiu o que obviamente queria dizer ao seu discurso em oração pública. O Orador: «A isso só tenho uma resposta a dar: tudo depende do tempo. Depois de tudo o que já fizemos, o que achamos que é, está que vamos poder atacar! Que há raízes no sistema (creio que foi o Sr. Deputado Pacheco Pereira que o disse), combatez as que estão na raiz, que é a raiz que nega-lhes votos, já dizem duas! Sr. Deputado Pacheco Pereira: «O sistema eleitoral é o sistema sem presidente, é um sistema que não existe.

“Sãoordurasfazêz?quêimporia”comelasousemelas; alterando-as ou não — ter em conta, “más” não podemos aceitar, e que é estes já mos! passivos, ou manietados, por causa do sistema eleitoral e por causa do sistema semipresidencial.

-Nesta realidade, sabendo que há raízes 'no' sistema, temos ainda um campobastíssimo para agir nos próximos dois anos, até às próximas eleições legislativas.

Sr. Deputado Pachêco Pereira, vou começar a ser um pouco mais brevem, porque o tempo está a passar.

“Felicítome, em primeiro lugar, por se congratular com algumas das conclusões que os socialistas propõem. Devo dizer-lhe que, pela primeira intervenção da sua bancada, não pareceu que se congratulavam — mas, enfim, há uns

que se congratulam e outros que não... Felizmente que é assim é que há pluralismo...»

«Quanto aos inquéritos, Sr. Deputado, queremos alterar algumas regras dos mesmos e estão na Mesa as propostas apresentadas — e embora de passagem estou também a responder ao Sr. Deputado Pegado Lis e ao Sr. Deputado Carlos Brito.

Propomos, por exemplo, que haja dois relatores para cada comissão de inquérito; propomos que haja uma maioria qualificada para a aprovação dos inquéritos e que sejam publicadas as actas.

Sr. Deputado, eu não vou agora entrar em matéria de especialidade aqui, mas nós estamos à procura de soluções. Apresentámos algumas que consideramos positivas e construtivas, por isso vamos-nos sentar e fazer uma pré-discussão, um pré-debate, sobre o sentido das alterações; no entanto, estamos preocupados com a opinião pública.

Sr. Deputado, ouça o que pensam dos inquéritos a população em geral, as pessoas que nós vimos todos os dias; veja que há um enorme descrédito sobre os inquéritos, sobre os seus resultados e sobre a sua confiança; e nós estamos preocupados com isso.

Sr. Deputado Carlos Brito, um rápido parêntesis para lhe dizer que não estou de acordo com uma sugestão que o Sr. Deputado fez no sentido de que o Partido Socialista colaborou na diminuição da competência da Assembleia no que toca ao instituto da ratificação. Demonstrámos, então, sobejamente que o que se passou com as ratificações foi uma tentativa de acabar com alguns empecilhos burocráticos que existiam.

Temos toda a capacidade, ao longo da sessão legislativa, de fazer os pedidos de ratificação que entendermos, podemos fazer projectos de lei e temos todos os meios ao nosso alcance para tratar disso.

Partilhamos também das suas preocupações com o sentido táctico e estratégico que o Sr. Deputado deu à sua intervenção, isto é, como viabilizar um debate e como tentar convencer, seduzir, chamar e convidar o grupo da maioria a fazer este debate político?

Pensamos que, para já, há duas manciras, sendo a primeira a apresentação de propostas concretas — e são algumas dezenas de propostas concretas que apresentámos hoje, que terão de ser agendadas, que terão de ser discutidas.

Porém, gostaríamos de las debater antes de serem agendadas e gostaríamos de ter, no momento — é uma proposta que nós fazemos —, um grupo de trabalho paritário, que ainda não é uma comissão, com seis elementos da maioria e seis elementos da oposição, que pudesse fazer um primeiro trabalho sem qualquer conclusão política e institucional, que fosse um trabalho de pura reflexão, de «desbravar terreno», passe a expressão, de ir «abatendo um pouco a floresta», para ver se esse grupo paritário, que não tem responsabilidades partidárias ainda, poderia, desde já, começar a indicar algumas sugestões. Pensamos que fazê-lo visivelmente é a melhor solução, fazê-lo perante a população e dizer à imprensa, à comunicação social, aos formadores da opinião pública, aos formadores da opinião de todos e à população que estamos empenhados em tentar alterar algumas das regras que estão, a nosso ver, erradas. E vou só mencionar uma ou duas, muito rapidamente, como solicitou o Sr. Deputado Pegado Lis, que aprovou para saudar no seu regresso à Assembleia da República.

Propomos, por exemplo, que todos os deputados tenham um certo tempo, por sessão legislativa, a título

individual. Todos os deputados terão um pequeno crédito de 5, 10, 15 ou 20 minutos, vamos discutir a quantidade, mas esse tempo é inalienável e é apenas pessoal.

Queremos que os deputados independentes e qualquer deputado, a título individual, tenha direito de fazer perguntas orais ao Governo, que sejam respondidas oralmente, o que quer dizer que também teremos de ter aqui o Governo para poder satisfazer direitos de pergunta e de requerimento.

Queremos que os deputados, a título individual, tenham também algum apoio técnico e documental para o seu trabalho e não apenas o restritíssimo e atrofiado apoio que é dado pela Assembleia da República aos grupos parlamentares no seu conjunto.

Não vou adiantar-me mais, as propostas serão certamente distribuídas a muito curto prazo e os Srs. Deputados verão que, da parte do Partido Socialista, sabendo quais são as suas responsabilidades, sabendo quais são as responsabilidades históricas — cito a frase «erros e inexperiências», que não é uma frase pessoal, Sr. Deputado Carlos Encarnação, é uma frase e é uma consciência que os socialistas têm —, estamos com muita boa fé e com boa intenção para alterar, melhorar e modernizar a Assembleia da República, sobretudo nos dois aspectos em que ela está mais mutilada e mais amputada, que é o debate político com o Governo e que é a fiscalização da acção do Executivo e da Administração.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. Presidente: — Há dois pedidos de palavra, penso que para interpelações à Mesa, dos Srs. Deputados António Guterres e Silva Márques, a quem já irei dar a palavra.

Embora não pretenda entrar em controvérsias, julgo que, apesar de tudo, devo dar algumas explicações; pelo respeito que tenho por todos os Srs. Deputados desta Casa.

Foi determinada em tempos, e já lá vão meses, a colocação de uma dupla cúpula para protecção da sujeira e eventualmente até para «bonitificar» esta cúpula vitrificada. Isto sucede na sala do Senado e, nesta Sala:

Simplesmente, as obras levam sempre mais tempo do que seria desejável e, portanto, a segunda cúpula não está completa, nem a primeira, nem podia estar, podendo acontecer que alguns dos Srs. Deputados sejam massacrados com uns pingos de água, talvez para refrescar as ideias.

Disso peço desculpa, mas isto é uma necessidade não tecnocrática, é uma necessidade de bom funcionamento.

O Sr. Deputado António Guterres pede a palavra para que efeito?

O Sr. António Guterres (PS): — Antes da interpelação que vou fazer gostaria de recorrer à justiça divina mais uma vez aqui se provou, porque só chove em cima dos Srs. Deputados da maioria...

Risos do PS.

Mas a minha interpelação à Mesa tem outro conteúdo.

Na nossa programação para o dia parlamentar tínhamos previsto ter, neste momento, uma conferência de imprensa,

para a qual fámos pedir uma interrupção dos trabalhos. Acontece que consideramos que seria indelicado, da nossa parte, uma vez que há partidos que ainda não fizeram a sua declaração política, se agora interrompéssemos a sessão. Queria apenas pedir a compreensão dos senhores jornalistas para o facto de termos adiado essa conferência de imprensa até que terminem as declarações políticas apresentadas por todos os partidos e pedirmos, desde já, a interrupção dos trabalhos por 30 minutos no final dessas declarações políticas. O que é óbvio é que só é possível fazer isso quando o orador é o seu próprio país.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Silva Marques pede a palavra para que efectue a sua intervenção.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Para exercer o direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Só o Sr. Deputado Silva Marques pode fazer isso.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, faço de imediato um comentário àquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. Deputado Silva Marques: — Efectivamente, estiphamos o previsto: uma intervenção política de 10 minutos para cada partido, o que é normal e regra; porém, infelizmente, fomos 10 minutos: fomos um bocado avançados e a eles se sucederam uma série de perguntas com que está atrasar brutalmente os nossos trabalhos.

A posição do Sr. Deputado António Guterres parece-me, no entanto, correcta e assim será feito.

Pedia, no entanto, e faço um pedido genérico, que fôssemos tão breves quanto possível, para podermos terminar a horas adequadas a sessão de hoje.

Para exercer o direito de defesa, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado António Barreto, a forma como o Sr. Deputado tratou das questões que lhe coloquem foi uma tentativa de humilhação parlamentar. Estou convencido que não foi no plano pessoal, mas sim no plano parlamentar.

De qualquer modo, e é por isso que peço a palavra, não se deve humilhar ninguém, sobretudo quando as questões são frontais. Fiquei chocado por eu não ter sido convidado para este debate, por ser eu o autor da questão. O Sr. Deputado ficou chocado por eu não ter sido convidado para este debate, por ser eu o autor da questão. As questões são frontais. A questão não é fácil, porque se permitisse repetir-lhas, porque evidentemente, eu volto a dizer, o que interessa são as propostas concretas. A questão não é fácil, porque se o fosser, já muitos de nós a tinham resolvido, pois todos nós estamos imbuídos dessa boa vontade. E repare que a questão não é fácil, pois o próprio actual Presidente do Parlamento Francês — ouça, Sr. Deputado, pois isto diz-lhe muito respeito — decerto merece a sua consideração —, Laurent Fabius, um socialista, nas últimas jornadas parlamentares dos socialistas franceses, também elaborou um conjunto de propostas de alteração ao funcionamento do Parlamento Francês, e entre elas dizia o seguinte: «Não é admissível que as decisões comunitárias sejam tomadas sem qualquer controlo democrático.» Por isso, Sr. Deputado, ao abordar estas questões não as ponha ao nível do «caváquismo» e da maioria absoluta, pois elas são muito mais complexas e, muito mais extensas.

Sr. Deputado, é bom nós termarmos previamente uma atitude, desculpe o termo, de humildade científica, e já tal

ponto que eu lhe permito invocar uma publicação que decreto lhe é cara, a *Análise Social*, nem que de entre outros textos que abordam a questão parlamentar portuguesa, há um em que é autêntica a análise do articulista, porquê a própria já tinha sido aqui invocada por mim. Diz ele que «enquanto a generalidade dos países europeus para cima de 84% das leis aprovadas têm origem em propostas do governo, em Portugal só o mítico excepcionalmente se ultrapassam os 70%». Por outro lado, Sr. Deputado, eu desafiei-o a indicar-me um país onde a oposição tenha tantos direitos de agendamento, potestivos, de interpelação, de declarações políticas ou de ratificação. É fácil acusar os outros, esquecendo o resto da realidade.

O Sr. Presidente: — De facto, em Portugal, não é hábito o Primeiro-Ministro vir ao Parlamento quer o actual quer os anteriores. Mas quanto aos líderes parlamentares da oposição, é verdade que o Sr. Deputado Silva Marques é o único que está aí.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terá de existir uma maior rigidez da nossa parte, pois os tempos estão a prolongar-se.

O Orador: — Quantas vezes veio aqui? Portanto, Sr. Deputado, festei consigo, pois temos de corrigir, mas, por favor, não faça um discurso que no fundo é acusatório, embora sobre a capa de um certo neutralismo científico. Deveríamos explicar o que o deputado cometeu de errado. O Sr. Presidente: — Para dar-lhe explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Presidente, é um penoso tentar guardar a serenidade e a frieza nalgumas circunstâncias que só a honra de um deputado pode suportar.

O Sr. Deputado Silva Marques invoca a defesa da honra, o que é sugerir que é ofendido a sua honra. Está a acusar-me de ter sido ofendido a sua honra, de o ter humilhado.

Não quis fazer nem uma coisa nem outra e estou aqui, talvez 100 ou 200 deputados que são testemunhas que não foram ofendidos, muito menos o Sr. Deputado Silva Marques, e que também não o humilhou.

Os direitos do Sr. Deputado Silva Marques, não podem obrigar as pessoas a falar dos assuntos que ele quer. Estamos a falar da reforma do Parlamento e ele quer falar da Câmara de Lisboa, quer falar do comunismo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não falei só disso, Sr. Deputado.

O Orador: — Mas o Sr. Deputado Silva Marques sabe que, embora haja uma outra pergunta judiciosa, aplicada, adequadamente, certamente, ao seu caso, não é esse o que está a querer. E não está em paz, não está tranquilo.

Risos do PSD, do CDS e do PCP.

Sr. Deputado, esteja soscigado! O Sr. Deputado impede que as pessoas falem, impede que os Srs. Deputados falem sériamente, que os Srs. Deputados possam refletir, conversar consigo e discutir, pois o Sr. Deputado está sempre a falar, com os braços no ar, a agitá-los, é uma sonora perturbação dos trabalhos e dos debates parlamentares, e o Sr. Deputado sabe disso.

É muito difícil responder-lhe em cada vez há menos deputados que queiram fazê-lo, ou então fazem-no por consideração por amizades antigas, como eu.

Devo dizer-lhe que o articulista que me acaba de citar tem toda a razão. Aliás, no Partido Socialista há muitos deputados que pensam que, por exemplo, o Governo tem direitos a menos de agendamento.

Não custa dizer isso, só que o agendamento não tem nada a ver com o debate político e não tem nada a ver com a fiscalização.

O Sr. Deputado mistura as coisas, porque quer perturbar o debate. O Sr. Deputado tem fotografia garantida nos jornais amanhã, tem passagem garantida na televisão, ...

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — ... porque agita-se e agita e perturba de tal maneira os trabalhos parlamentares que tem seguimento direto a televisão, rádio e jornais!

Mas o que o Sr. Deputado faz é desnaturar, sistematicamente, a nobreza e a seriedade dos debates aqui no Parlamento, e é por isso que é difícil responder-lhe, Sr. Deputado:

Aplausos do PS, do CDS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciarmos o novo ano parlamentar, saúdo respeitosamente o Sr. Presidente da Assembleia da República e, na sua pessoa, todos os membros da Mesa. Tem V. Ex.º, Sr. Presidente, imprimido à sua acção uma prioridade que nos cabe sublinhar e agradecer. Dentro dos reduzidos meios financeiros de que dispõe, face às constantes restrições burocráticas e incompreensões somadas à rigidez do nosso aparelho administrativo, tem vindo a ser realizada uma constante melhoria de condições de funcionamento no Parlamento, tarefa que, naturalmente, prosseguirá nos próximos anos, de modo que, também em 1992, os deputados portugueses possam dispor de meios minimamente satisfatórios para o exercício do seu mandato, em condições comparáveis com as demais assembleias congêneres da Europa comunitária.

Quero saudar todos os colegas deputados, com o voto de que, com o nosso trabalho quotidiano para a defesa de altos valores do regime democrático, que constitui a nossa missão fundamental, saibamos corresponder às legítimas aspirações do povo português, trazendo para o foro do debate deste hemiciclo todas as correntes de opinião, mantendo a transparência própria de uma sociedade livre e aberta como a nossa e contribuindo deste modo para o reforço do pluralismo partidário, em vez de uma democracia jacobina que, em nome da eficácia, procura limitar o leque de opiniões divergentes, endeusando a competência técnica e reduz a oposição política a um mero ritual. Numa democracia como a nossa, o poder, em qualquer das suas vertentes, tem de se exprimir a céu aberto, no confronto permanente de opiniões divergentes, em vez de se instalar dentro dos muros do palácio ou na clandestinidade das facções internas do partido que se quer hegemônico.

O Parlamento é a instituição por excelência fundada sobre a pluralidade e antagonismo de opiniões, que, ao mesmo tempo, produz a sua própria opinião para pres-

sionar o poder e o controlar nos seus actos. Estimular a livre circulação de ideias para que o País conheça todas as concepções rivais, sujeitando-as ao debate amplo, crítico e quotidiano, só é possível mediante o reconhecimento dos direitos da oposição, em confronto com os da maioria e do seu governo, juntamente com a liberdade de imprensa, de reunião, de consciência e de livre petição.

Diferente desta é a concepção jacobina da democracia. Aqui a publicidade dos actos do governo mediante a manipulação dos principais meios de comunicação social, com especial relevo pelos áudio-visuais, é ela própria a manifestação de vontade soberana, a luz, a virtude, o poder distante e discreto feito de autoridade e de populismo do chefe carismático. Confunde-se a opinião pública com a vontade popular, que seria, necessariamente, leal e generosa com os governantes. As decisões, uma vez adoptadas, como tecnicamente perfeitas, contrapõem-se todas as outras que automaticamente serão classificadas de prejudiciais ou ineficientes para o progresso do país. Ouve-se amiúde, nestas circunstâncias, o que Marlon Ponti chamava frases malditas: «Há falta de competência profissional na oposição» ou «não há alternativa ao governo».

Não é, felizmente, esta a forma de democracia consagrada na nossa Constituição da República. Devemos, pois, rejeitar militarmente a tentação do desvio jacobino que se perfila no nosso horizonte, garantindo solidamente o pluralismo liberal inerente a uma sociedade livre, plataforma fundamental do Estado de direito moderno e actuante.

Desejo saudar, em seguida, os nossos colaboradores da bancada da comunicação social, a quem está confiado o encargo de levar para fora deste hemiciclo, através dos meios poderosos de que dispõem, o som, a imagem e a escrita, uma apreciação de tudo quanto aqui se faz, se diz e se decide e também do que não se faz nem se decide.

Sabemos que todo o governo, de qualquer cor ou tendência, tem uma apteção para instrumentalizar a comunicação social, com vista a prejudicar o livre julgamento do público em favor das suas necessidades tácticas de cada momento. No mundo em que vivemos, a propaganda não se separa do contexto político e social da actividade governamental. Dizia Raymond Aron que «a propaganda é tributária mais de acontecimentos do que das teorias». Portugal não foge à regra.

O Governo tem dedicado uma especial atenção aos serviços informativos da televisão e de alguns órgãos de grande informação escrita para orquestração de alguns temas de índole económica e financeira, além de, como é usual, sobrevalorizar alguns êxitos e minimizar os múltiplos *desaires*, mesmo quando o tema é particularmente melindroso para o cidadão comum, como sucedeu há poucos dias com a visita papal ao território de Timor Leste.

O Governo vem desenvolvendo uma sutil técnica de organização da opinião mediante o controlo do Telejornal e formas indirectas de pressão sobre os demais órgãos tributários, de uma forma ou outra, de *benesses* estatais. A privatização da televisão e uma maior concorrência nos títulos de circulação nacional poderão porventura atenuar este estado de coisas e aguardamos o dia em que o País possa assistir a uma informação plural e diferente daquela que é injectada pela estação monopolista que se dá pelo nome de Radiotelevisão Portuguesa.

Finalmente, uma palavra de cumprimento e de amizade aos funcionários desta Assembleia, que, com dedicação

exemplar, vêm servindo o Plenário, as comissões e os serviços, de modo a tornar menos penosa a nossa existência neste edifício: é um bom júris, sim, é um bom concelho do Sr. Presidente, Srs. Deputados. A sessão legislativa 89-90, comece verdadeiramente com a moção de censura apresentada pelo Partido Socialista; aquela se seguirá o debate sobre o Orçamento do Estado; e as Grandes Opções do Plano. Depois será a vez da legislação que é necessário implementar para executar os novos imperativos da revisão constitucional. Entre outros aspectos, salientarei a reforma urgente da instituição do Provedor de Justiça, o estabelecimento da Alta Autoridade para a Comunicação Social, a nova organização da Segurança Social, a Lei do Serviço Nacional de Saúde, a definição de uma política de família de carácter global, e integrado, a lei de proteção da terceira idade, a Lei Quadro das Privatizações, a reforma do Código Cooperativo, a estruturação do Conselho Económico e Social, as leis para o redimensionamento das explorações agrícolas e dos minifundios, a Lei da Conversão Agrária, a revisão da reforma do sistema fiscal, a Lei de Correcção da Lei dos Despendimentos, enfim, uma ampla revisão daquilo que idemagogicamente o Governo apelidou de reformas estruturais e de autênticas reformas estruturais que urgente encetar. São ciclópicos os trabalhos que nos esperam. E não admira que assim seja: Modificar aqui, rever ali, completar mais; além, ou retocar, o edifício legislativo de 1976 e 1984, para o reapetrechar para os grandes desafios de 1992, é ainda a continuação da revisão constitucional que levámos a bom termo na sessão anterior, na sua parte fundamental.

Estas modificações na arquitetura do Estado Português só serão possíveis se a maioria e as oposições souberem dialogar com a clara noção de que é partidário e, por via conjuntural e passageira, e do que é de interesse nacional e por isso estrutural e firme; se cada deputado puder contribuir para as melhores soluções, sem se embrincar nos alçapões de um regimento anacrónico e desconfortável; e, cerceador, da liberdade parlamentar dos deputados, em geral, e dos deputados independentes e individuais, em particular, e o Governo souber respeitar o Estatuto da Oposição, desde que passados dois anos sobre a euforia e o estonteamento de 1987; tem hoje a clara noção das suas limitações, do desgaste da sua imagem, da dúvida que se instalou sobre a sua competência, da quebra da sua apregoada performance e das metástases da arrogância e auto-suficiência.

Modificar o relacionamento entre a maioria e as oposições, ampliar o quadro de relacionamento institucional, saudável, entre o Governo e a Assembleia, retomar as práticas de cortesia parlamentar já quase esquecidas, de signadamente com os partidos da oposição, rever os pontos perniciosos do Regimento, dignificar o trabalho individual de cada deputado, são condições essenciais para a valorização do nosso Parlamento, como foi hoje aqui lembrado. Saibamos, pois, criarmos necessárias condições para que os erros do passado se não repitam no resto desta legislatura; e possamos desempenhar o nosso mandato em plena liberdade e independência e sem entraves obsoletos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que distingue a democracia de outros regimes políticos é o seu método. O método democrático cria um ambiente em que o clima democrático em que a persuasão, o debate livre, o poder de convencer, o adversário, pela força do argumento, do que, pelo argumento, da força; são as características mais

salientes. Só este «clima democrático» pode gerar o respeito pela opinião de cada um. Porém, uma opinião só é responsável e respeitada se baseada em factos que devem ser objectivos e transparentes. Em democracia, os ministros ou os deputados não podem falsear, por exemplo, dados estatísticos, embora possam ser mal interpretados. A opinião só é respeitada quando o seu autor merece o respeito de um homem honesto. Um ministro, prevaricador não pode dar lições de moral nem fazer ou declamar versos contra a evasão fiscal. A transparência não é consentânea; por exemplo, com o desaparecimento de importantes documentos confiados à guarda da Administração Pública, cujo último responsável perante o Parlamento e o povo, é o ministro da respectiva pasta.

O Parlamento tem, como disse, a obrigação de zelar por todos os valores essenciais de um regime democrático. Ele é mais do que um simples aparelho ou instrumento de feitura de leis; é o foco da discussão e o depositário dos agravos e reivindicações dos cidadãos, o vigilante dos abusos do poder. É o velho princípio de que o Mante Manter intactas estas suas atribuições é o dever de cada um de nós, é um compromisso de honra que, no início de cada sessão, cada deputado assume perante este Plenário e perante quem o elegeu para realizar tais nobres funções.

Sejamos, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dignos do mandato que nos faz sentar neste hemicílio de homens livres e independentes.

Aplausos do CDS, do PS e do PRD

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar permitam-me saudar todos os presentes, independentemente das funções que aqui desempenham! Os parlamentares expressaram os votos de que a 3ª Sessão Legislativa, que hoje se inicia, possa vir a constituir um espaço de um tempo de trabalho dignificante para os deputados e para a imagem do órgão de soberania que representamos. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar do limitado tempo de que dispomos para esta intervenção no início de um novo ano de trabalho parlamentar, impõe-se a apreciação de algumas questões, ou afaltas deles relativas ao ano anterior e, naturalmente, perspectivar a actividade para esta sessão legislativa do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes». Antes, porém, não podíamos deixar passar esta oportunidade sem manifestar, mais uma vez, a nossa apreensão e o nosso protesto, pela forma como uma maioria conjuntural laranja, tem vindo a condicionar o acesso a formas e meios adequados e necessários à actividade dos deputados da oposição no Parlamento. Estamos a referir-nos às alterações impostas ao Regimento e à Lei Orgânica da Assembleia da República, que, designadamente, diminuíram o número de iniciativas parlamentares e o número de funcionários técnicos e administrativos dos gabinetes de apoio aos grupos parlamentares da oposição; reduziram significativamente o tempo de intervenção no Plenário, evitando que os assuntos sejam suficientemente debatidos, extinguiram, pura e simplesmente, os agrupamentos parlamentares.

Naturalmente que os reflexos da actuação desta maioria, que se tem apresentado de orelhas tapadas, com óculos escuros e reflexos condicionados, no que se refere à interpretação do significado da expressão constitucional,

«aprofundamento do exercício da democracia no Estado de direito democrático», ultrapassam em muito o âmbito da actividade parlamentar. É que esta maioria apoia e sustenta um governo cuja actividade governativa se tem caracterizado por um autoritarismo e um centralismo sem precedentes depois do 25 de Abril.

A conjugação das posições que a maioria «laranja» ocupa nestes dois órgãos de soberania tem conduzido a sucessivas tentativas de governamentalização e instrumentalização da Assembleia da República e de vários órgãos de comunicação social, designadamente a televisão. Através deste processo, o Governo PSD/Cavaco Silva e a maioria que o apoia na Assembleia da República têm procurado silenciar e reduzir a capacidade de intervenção dos partidos da oposição.

No mínimo, dizemos: «formas estranhas de entendimento de exercício da democracia, de reconhecimento dos direitos da oposição e do aprofundamento do sistema democrático».

Resultante desta política e da forma de exercer é, de entre muitos outros exemplos, o facto de a Lei de Bases do Ambiente, aprovada em 1987, ainda não ter sido regulamentada pelo Governo, como lhe competia, contribuindo em cada dia que passa para a degradação da nossa rede hídrica, para a poluição, até à exaustão, do ar que respiramos e para a delapidação incontrolada dos nossos recursos vivos, renováveis e não renováveis.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Assembleia da República em 1986 e que falta ainda regularizar pelo Governo, é um outro exemplo de como a maioria PSD no Parlamento se alia das suas responsabilidades de exigir ao Governo, que suporta e apoia cegamente, o cumprimento dos prazos indicados para a regulamentação de dois instrumentos legais fundamentais ao progresso, ao desenvolvimento e à preservação de riquezas naturais do nosso país.

Aposta num crescimento económico acelerado, que pretende ser consubstanciado através do chamado «Plano de Desenvolvimento Regional», que, na sua elaboração, ignorou agentes fundamentais como os empresários, os sindicatos e as autarquias, de entre outros, não considerou a importância da elaboração de planos de ordenamento do território e a criação e instituição das regiões administrativas como entidades concededoras e com capacidade legitimada para, a nível regional, intervir na implementação de um desenvolvimento auto-sustentado e harmonioso.

Contrariamente ao estipulado pela Constituição da República, o Governo e a maioria, no Parlamento, têm recusado avançar para a aprovação de uma lei quadro das regiões administrativas, impedindo assim que se complete o edifício do Estado democrático descentralizado.

O autoritarismo e centralismo preconizado pela maioria PSD, procurando obscurecer as virtualidades do poder local democrático, têm atribuído sucessivas competências às autarquias, sem que estas sejam ouvidas previamente e sem a transferência das respectivas contrapartidas financeiras para fazer face aos novos encargos. Como exemplo mais recente e atentatório da autonomia do poder local democrático foi a aprovação pela maioria «laranja», nesta Assembleia, da Lei da Tutela Administrativa. Um verdadeiro instrumento de governamentalização do poder local.

Outro exemplo não menos importante e demonstrativo da forma como este Governo e a maioria que o sustenta adoptam métodos estranhos ao sistema democrático é, mais uma vez, a tentativa de alargar o Campo de Tiro

de Alcochete. A comissão constituída pelo Governo e o estudo prévio por si elaborado constituem uma fraude sem qualquer legitimidade ou credibilidade técnica, destinada a impor à opinião pública a construção do maior Campo de Tiro da Europa, junto à Reserva Natural do Estuário do Tejo e numa das regiões que concentra maior densidade populacional no País.

Muitos outros exemplos em áreas de intervenção diferenciadas da actuação do Governo e de competência da Assembleia da República poderiam aqui ser apontados, tais como os indícios de corrupção a nível do Governo, que, nos inquéritos promovidos pela Assembleia da República, a maioria tem conseguido camuflar. É o caso do Fundo Social Europeu, do Ministro das Finanças e da Ministra da Saúde...

O Partido Ecologista Os Verdes, nomeadamente através do seu grupo parlamentar, continuará, dentro e fora da Assembleia da República, a sua corrida em passo moderado, mas firme, contra as tentativas desta maioria de impor, através do autoritarismo e da concentração de poderes, a governamentalização de órgãos e entidades constitucionalmente consagrados ao exercício e ao aprofundamento da democracia participativa.

A participação dos cidadãos na vida pública portuguesa é um direito que progressivamente tem vindo a ser desprezado. Uma das razões desta situação é a falta de informação. Não dispondo de informação, o cidadão alheia-se dos problemas, não participa. Na presente sessão legislativa Os Verdes irão desenvolver, de forma progressiva, um conjunto de acções e de iniciativas que visem uma maior transparência na vida pública e garantam um maior acesso dos cidadãos à informação.

No âmbito da problemática ambiental, a intervenção de Os Verdes será reforçada, dado verificarem-se, cada vez mais, agressões ao meio ambiente.

Também a área da educação e da cultura irá crescer uma atenção redobrada no nosso trabalho, já que é componentes fundamentais para a realização de um desenvolvimento integrado e harmonioso do nosso país.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Desta nossa intervenção resultou certamente a imagem de um céu com muitas nuvens. Da nossa parte desenvolvemos, como soubemos e pudemos, todos os esforços para que o Sol pudesse brilhar. Outros têm-nos acompanhado, e agora podemos dizer que temos uma esperança muito forte de que, a partir de 17 de Dezembro, já será possível vislumbrar um arco-íris, como sinal de mudança do tempo.

Aplausos do PCP e do Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, permitam-me uma saudação ao Sr. Presidente e aos restantes elementos da Mesa, assim como a todos os colegas de todas as bancadas neste início de sessão legislativa.

Nesta saudação vão também os votos para que as naturais divergências e as dificuldades que todos vamos encontrar possam ser superadas no encontro das melhores soluções para bem do povo que nos elegerá. Não podia, na circunstância, deixar de fazer uma saudação a todos os trabalhadores desta Casa, que são um elemento fundamental na organização e funcionamento da Assembleia da República.

Uma saudação também muito especial aos nossos colegas accidentados na Jamba, a quem desejamos que rapidamente voltem ao nosso convívio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A sessão legislativa anterior foi marcada por dois acontecimentos relevantes: as eleições europeias e a revisão constitucional.

Relativamente às eleições europeias penso que é inquestionável (e muito já foi dito sobre o assunto) que elas representaram um grande teste à acção governativa, tendo como resultado a indescritível manifestação popular de descontentamento por essa acção. Aliás, foi um ano em que a inflação e a carga fiscal (para só citar estes elementos) representaram uma penalização insuportável para todos os portugueses, em especial para aqueles que vivem do seu trabalho, e injustificável na medida em que, no essencial, se mantiveram as condições económicas altamente favoráveis, que o Governo parece não ter sido capaz de aproveitar. Foi, pois, um ano em que, reconhecidamente, a acção do Governo foi justamente penalizada.

Relativamente à revisão constitucional, que marcou verdadeiramente a sessão legislativa, ela representou uma vitória do PSD ao constitucionalizar algumas das suas propostas governativas, que, sem a revisão constitucional, não poderiam ser implementadas.

A sessão que agora se inicia vai muito provavelmente, atendendo a declarações dos responsáveis, ser a sessão que vai dar corpo, a nível da legislação ordinária, aos aspectos mais relevantes dessa revisão. Será que o acordo entre o PS e o PSD para a revisão constitucional vai manter-se ao nível da legislação ordinária? Em que medida é que o acordo entre o PS e o PCP, em Lisboa, vai condicionar o desenvolvimento do acordo PS/PSD na revisão constitucional?

Não deixarão, por certo, de revestir alguma curiosidade os debates que vão ter lugar relacionados com a legislação que vai aparecer, na sequência da revisão constitucional, nomeadamente a relacionada com as privatizações, o Serviço Nacional de Saúde e a comunicação social.

No entanto, o início desta sessão legislativa ficará marcado por um facto que, sendo perfeitamente legítimo, não deixa de ser inédito. Refiro-me, obviamente, à moção de censura apresentada pelo Partido Socialista, que surge numa altura cuja oportunidade não pode deixar de ser questionada. Não que esteja em causa a legítima censura ao Governo, que nós naturalmente apoiamos, mas o facto de ela se processar no início da sessão legislativa, depois das férias parlamentares e quando acaba de dar entrada na Assembleia a Lei do Orçamento do Estado, documento que nos permite analisar da capacidade de execução orçamental do Governo no ano anterior, das políticas orçamentais para o próximo ano, dos erros e dos fracassos, das suas potencialidades e virtualidades.

Reafirmo, no entanto, a legitimidade da apresentação da moção de censura e reconheço que quem determina a sua oportunidade é, neste caso, o Partido Socialista, que não terá deixado de a analisar, optando por aquela que considerou mais oportuna. Vamos aguardar o debate para aferir melhor dessa mesma oportunidade, uma vez que, em nossa opinião, não está em causa a necessidade de censurar o Governo, como aliás sempre temos afirmado.

Em nossa opinião, no entanto, o grande acontecimento político desta sessão legislativa vão ser as eleições autárquicas, até porque se ensaiaram soluções políticas novas, em especial em Lisboa, fazendo depender destes

resultados muito mais do que o interesse específico da gestão de uma grande cidade. Destes resultados, sejam eles quais forem, vão depender reajustamentos políticos estruturais, com implicações porventura inéditas a nível nacional.

Sem entrar na campanha eleitoral, gostaria de tecer, a propósito das eleições autárquicas por Lisboa, um simples comentário à posição do PRD.

O PRD sempre defendeu uma alternativa à gestão de Krus Abecasis e creio ter sido o primeiro partido a propor o diálogo a todos os partidos com o objectivo de se encontrar uma solução alternativa.

O PS recusou sempre qualquer acordo com o PCP, o que dificultava uma real alternativa.

Posteriormente à apresentação da candidatura do secretário-geral do PS, Dr. Jorge Sampaio, e já depois de o PS ter admitido a coligação com o PRD, é negociado o alargamento da coligação ao PCP, ao Partido Os Verdes e ao MDP, tendo sido exigido, em simultâneo, ao PRD, para se manter na coligação, uma verdadeira afirmação política de capitulação à estratégia do PS, o que, obviamente, não podíamos aceitar.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este facto criou ao PRD uma situação de grande dificuldade, na medida em que, ao mesmo tempo que se concretizava parte da solução que desde sempre tínhamos defendido, era excluído dessa solução o PRD. Ainda não compreendemos bem e interrogamo-nos quem está verdadeiramente interessado nesta situação. Não é por certo o PRD, e admito que nem o Dr. Jorge Sampaio. Este elemento introduziu perturbação ao nível da coligação e lançou legítimas dúvidas no eleitorado. Por esta e outras razões, as grandes coligações em presença têm objectivos que estão muito para além dos interesses específicos da cidade de Lisboa, e nesse sentido a candidatura do PRD pode assumir-se como o fiel da balança de interesses muito contraditórios e posicionar-se por esse facto na defesa mais específica dos eleitores lisboetas.

Uma coisa é certa: o PRD, para além da legitimidade de concorrer, não pode ser acusado de responsabilidades na divisão da esquerda.

O Sr. Herminio Martinho (PRD): — Muito bem!

O Orador: — O poder local, pese embora a existência de algumas anomalias, é geralmente considerado e quase unanimemente accite como uma das grandes conquistas do 25 de Abril.

É inquestionável que tem sido o poder local o grande responsável pelas alterações que são visíveis um pouco por todo o lado e que mais têm contribuído para resolver necessidades básicas da população portuguesa. E não são as dificuldades que por vezes surgem que fazem diminuir o valor intrínseco desta conquista, na medida em que todos os cidadãos podem participar na gestão autárquica, ou seja, na resolução em concreto dos problemas que mais directamente lhes dizem respeito.

A este propósito, parece-me oportuno sublinhar o facto de o PRD ter proposto, na legislatura anterior, legislação no sentido de grupos de cidadãos interessados em concorrer às eleições autárquicas o podrem fazer sem ser através de um partido político. Essa nossa iniciativa legislativa foi rejeitada na Assembleia da República, tendo votado contra todos os partidos. Recuperámos ao nível do

projecto de revisão constitucional essa nossa iniciativa, tentando por via da revisão deixar claramente expressa essa possibilidade, tendo sido de novo rejeitada por todos os partidos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto!

O Orador: — Pensamos que é uma boa altura para todos nós reflectirmos sobre esta possibilidade, considerando que o processo eleitoral tem vindo a demonstrar que os partidos políticos não esgotam, em si todas as possibilidades que se perspectivam nessas eleições, atendendo à sua especificidade própria. Aliás, posteriormente à revisão constitucional, o Sr. Presidente da República veio colocar essa mesma questão.

Na verdade, pensamos que a democracia sairia reforçada com soluções deste tipo e que os partidos, esteio fundamental do nosso sistema democrático e sem os quais não há democracia, não podem esgotar as possibilidades de participação democrática.

Uma outra linha de força nesta sessão legislativa, na sequência, aliás, daquilo que tem sido a intervenção do PRD, será a procura constante de soluções que melhorem o trabalho parlamentar, através de uma melhor organização e funcionamento mais adequado, esforçando-nos para que o diálogo com a maioria, que muitas vezes se tem revelado difícil ou inútil, possa dar alguns resultados. Neste campo, apoiamos também as várias iniciativas que outros partidos, como é o caso do Partido Socialista, têm apresentado, com a preocupação fundamental de tornar mais eficaz o trabalho na Assembleia da República e por conseguinte o prestígio da instituição parlamentar.

Igualmente será nossa preocupação a exigência da melhor e mais adequada informação a fornecer à Assembleia da República pelo Governo, como processo para mobilizar todos os portugueses para os grandes desafios comunitários que se aproximam. Neste aspecto, muitas críticas há a fazer ao relacionamento do Governo com a Assembleia da República. Esta informação é fundamental, de modo a permitir a todos encarar 1993 com a certeza de que tudo fizemos para potenciar as vantagens do mercado único e limitar as dificuldades que vão, apesar de tudo, ser enormes e que começam a preocupar um número crescente de portugueses.

Paralelamente a este tipo de informação, é necessário reforçar, no sentido da maior eficiência, as relações da Assembleia da República com o Governo, invertendo a actual situação em que a Assembleia da República, na grande maioria dos casos, não é mais do que uma simples câmara de ressonância da vontade do Governo.

Temos de reforçar a afirmação institucional de que, dependendo o Governo da Assembleia da República, ele deve estar sempre disponível para colaborar com o Parlamento, estabelecendo um diálogo franco e aberto como melhor maneira de potenciar, por um lado, as grandes opções de interesse nacional e, por outro, como corolário não menos importante, fiscalizar a acção governativa na base da confiança nas instituições democráticas, no reforço da democracia, na defesa intransigente do interesse nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por último, não queria, na oportunidade, deixar de tecer algumas considerações sobre a recente visita do Papa a Timor.

Reconheço que é naturalmente um tema em que nenhum de nós, por razões várias, se sente particularmente à vontade para o abordar, mas um imperativo de consciência impede de me abster sobre este assunto.

Sou daqueles que temia que algo de semelhante acontecesse, o que, pelos vistos, não acontecia com o Ministro dos Negócios Estrangeiros; que, segundo a comunicação social, «admitiu esperar do Papa um tom mais violento contra Jacarta».

Para além da nota diplomática da Santa Sé, que terá «confirmado ao Governo Português a manutenção da posição portuguesa quanto ao estatuto internacional de Timor», foram vários os indícios de que o Papa favoreceu politicamente a Indonésia na questão da ocupação de Timor. Todos sabemos como a Igreja se orienta por um grande pragmatismo, pragmatismo que muitas vezes temos dificuldade em compreender. No caso de Timor, pensamos que não pode haver pragmatismo que possa deixar sem uma condenação forte a Indonésia, cuja acção é contrária ao direito internacional.

Todos sabemos como a Indonésia trata os seus opositores, como é intolerante para todos aqueles que, como no caso de Timor, se batem pela autodeterminação e pela independência, como foi o caso verificado no fim da missa, em que um grupo de jovens gritava liberdade para Timor e que, curiosamente, o Papa parece não ter visto.

Não pode o mais alto representante da Igreja Católica, neste caso concreto, ficar pela simples condenação de princípio no que respeita à violação dos direitos humanos. O discurso feito em Timor não pode ser o mesmo discurso feito num outro lugar qualquer onde a violação dos direitos humanos ocorre como uma anomalia do sistema, aliás como muito bem afirmaram os elementos da Igreja mais identificados com o processo de Timor e que deveriam ter sido mais ouvidos e apoiados pelo próprio Papa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei se ao nível dos bastidores diplomáticos a Indonésia ganhou a Portugal. Não sei mesmo se seria possível a esse nível fazer mais do que aquilo que eventualmente terá sido feito. O que sei é que a questão de Timor tem mobilizado, como nenhuma outra, todos os órgãos de soberania e todas as vozes de Portugal se têm unido na procura de soluções mais justas e adequadas para Timor, na defesa da sua autodeterminação e independência e na condenação da violação dos direitos humanos, que tem revestido um autêntico caso de genocídio. Esta atitude do Papa deve deixar-nos a todos chocados e deve exigir-nos redobrado esforço na defesa do povo maubere.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terei renovando a todos os colegas as minhas saudações e votos de um profícuo trabalho na defesa e prestígio do Parlamento e na defesa dos legítimos anseios do povo português.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, é para pedir uma interrupção da sessão por 30 minutos, agradecendo à comunicação social por ter esperado todo este tempo.

O Sr. Presidente: — Antes da interrupção queria, em primeiro lugar, agradecer em nome da Mesa e, como supervisor desta Casa, em nome dos seus funcionários, as palavras de estímulo aqui proferidas, que incentivam a melhor trabalharmos para o desenvolvimento e progresso da democracia.

Em segundo lugar, queria solicitar ao Sr. Deputado António Guterres, e à comunicação social, que estivessem aqui exactamente às 19 horas. Finalmente, queria pedir que, após o reinício da sessão, fôssemos breves, a fim de podermos terminar os trabalhos, um pouco antes das 21 horas; o que não é que o Estado interrompa a sessão! Optevo o de observar o que se passou» «Eram 18 horas e 30 minutos». Naquele momento o deputado que o apurou disse: «Também eu fui o que o apurou, mas só que aí de seguida, e imediatamente, os Srs. Deputados, está reaberta a sessão, para que com este ORDEM DOS DIAS venham a ser debatidos os assuntos que foram adiados».

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação ao Diário da Assembleia da República, n.º 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, respectantes às reuniões plenárias de 29, 30 e 31 de Maio, de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 de Junho, e de 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 de Julho, próximos passados, e ainda os n.ºs 106, 107 e 108, respectantes às reuniões da Comissão Permanente de 27 de Julho, e de 7 e 24 de Setembro próximos passados.

Pausa. Como não há oposição, consideram-se aprovados.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conhecimento de um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Srs. Deputados, trata-se de um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que foi dado no sentido de atender a um pedido da brigada da Inspeção-Geral da Administração do Território em serviço no Município de Cinfães, que solicitava autorização para que o Sr. Deputado João Soares Pinto de Montenegro ali possa comparecer, a fim de intervir como testemunha e prestar declarações. O parecer é, no sentido de que o Sr. Deputado preste essas mesmas declarações na sessão que se realiza no dia 29 de Julho, e que o Sr. Deputado João Soares Pinto de Montenegro compareça.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão o Parecer.

Pausa.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, está em apreciação a proposta de lei n.º 95/V, que autoriza o Governo a emitir um empréstimo para a assunção de responsabilidades do extinto Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro (Carlos Tavares): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Gostaria de dar uma explicação muito breve sobre a proposta de lei n.º 95/V, a qual dispensa grandes comentários.

Trata-se de regularizar mais uma situação do passado em termos de dívidas de organismos públicos, neste caso do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, que se analizou os créditos dentro dos programas do crédito agrícola de emergência. Como, entre tanto, o Instituto foi extinto, o Tesouro substitui-se nas suas responsabilidades.

Daí que, para que as dívidas do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária possam ser regularizadas perante a banca, se venha agora propor este acréscimo de endividamento do Estado no ano em curso.

Esta autorização já constou do Orçamento do Estado para 1988 e só não foi concretizada em virtude de um acidente legislativo, pois o decreto-lei que a concretizou foi publicado num Diário da República distribuído já no ano em curso e, portanto, o Tribunal de Contas não permitiu a realização dessa regularização. O que obviamente infelizmente, não se pode dizer que com esta proposta de lei a situação do crédito agrícola de emergência fique regularizada, dado que o montante para o qual se pede autorização diz respeito apenas aos créditos já claramente incobráveis. É natural que nos anos vindouros venham ainda a aparecer situações que exigem a regularização destes créditos associados ao crédito agrícola de emergência, mas o seu cumulo não obedece ao princípio da julgo que o que acaba de dizer explica suficientemente a proposta de lei n.º 95/V. De qualquer maneira, estou à disposição dos Srs. Deputados para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Aumentaria o pequeno pormenor de que, em relação à proposta de lei, que o Governo enviou à Assembleia da República, existe uma ligeira alteração de redacção, que admite-seja uma precisão dos juristas. A proposta enviada referia uma autorização «para empréstimos internos até ao limite máximo de 20 milhões de contos», que acresce ao montante fixado no artigo 6.º da Lei n.º 114/88. A palavra «acresce» foi agora substituída no texto pela palavra «anexa».

Admito que este termo seja mais exato, mas o sentido que lhe é atribuído é exactamente o mesmo.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Secretário de Estado, gostaria que me informasse sobre os encargos incréditos a este pedido de autorização legislativa, qual a parte do capital e qual a parte de encargos financeiros que estão em causa.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, há um outro pedido de esclarecimento. Responde já ou responde no final?

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro: — Respondo já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro: — Sr. Deputado, Rogério Brito, em relação à parte que agora é assumida, não consegui esclarecer-lhe exactamente essa distribuição, até porque os montantes estão em apuramento. Como a situação não foi regularizada, todos os dias contam encargos financeiros e, por isso, o montante está em constante movimento.

De qualquer modo, tem relação ao total do crédito agrícola de emergência; as dívidas iniciais eram de 150 milhões de contos, neste momento, com encargos financeiros, o total eleva-se a 35 milhões de contos.

Repeto, que a autorização é pedida para 20 milhão de contos, dado que visa regularizar apenas as

dívidas já declaradamente incobráveis. Daí que, se vierem a ocorrer mais situações de incobrabilidade, o montante tenha de ser acrescido.

Admito; portanto, que a proporção dentro deste montante, entre encargos financeiros e capital, não seja diferente do geral e se situe, portanto, entre 15 milhões de contos de capital e 20 milhões de contos de encargos financeiros.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Avelino.

O Sr. Alberto Avelino (PS): — Sr. Secretário de Estado, queria informar que a bancada do Partido Socialista irá aprovar este pedido de autorização, lamentando que, infelizmente, o decreto-lei que anteriormente o concretizou tivesse sido publicado fora de tempo e nos obrigue agora a repetir esta autorização.

Por outro lado, creio que mais fácil seria pedir já autorização para dar cobertura total aos encargos assumidos com o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária em vez de o fazermos apenas para cobertura dos créditos incobráveis. Naturalmente que qualquer instituição que dele seja devolvedora não vai pagar e teremos de repetir esta cena daqui a uns tempos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário de Estado pretende usar da palavra para dar esclarecimentos?

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro: — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro: — Sr. Deputado Alberto Avelino, de facto, no Orçamento do Estado para 1990 inscreve-se, creio que no seu artigo 6.º, uma verba para regularização de situações do passado, sendo parte dessa verba para cobertura destes encargos.

A autorização que agora se pretende é só para os encargos vencidos até ao fim deste ano. Os vencidos no ano que vem e eventualmente incobráveis serão cobertos pelo novo Orçamento do Estado para 1990. Portanto, a situação está toda ela coberta.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Avelino.

O Sr. Alberto Avelino (PS): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Uma breve intervenção, pois creio que importa relevar alguns aspectos que nos conduzem a esta situação do pedido de autorização legislativa do Governo para contrair um empréstimo.

Creio que, em primeiro lugar, devemos reflectir sobre a evidente inadequação da política de crédito inerente a este processo, porque, para lá da utilização do crédito enquanto campanha, a verdade é que uma boa parte deste crédito agrícola foi utilizado como crédito de investimento produtivo, e foi-o exactamente porque escasseavam e

sempre têm escasseado as linhas de crédito a custos acessíveis à actividade agrícola capazes de permitir que, por um lado, o investimento remunere o capital e, por outro lado, a falta de condições que permitam aos agricultores ter acesso a esse crédito. Daí que, na maior parte dos casos, o crédito agrícola de emergência tenha sido utilizado para investimento produtivo, que, logicamente, carecia de outras condições de amortização e de encargos financeiros.

Outro aspecto que também importa relevar é o da negligéncia que esteve inerente a todo este processo. Negligéncia porque? Porque, reconhecendo-se esta realidade, nunca houve a preocupação do Governo em proceder à correcção ou adequação, se preferirmos, das linhas de crédito, por forma a harmonizar as dívidas em função do tipo de investimento que tinha sido realizado.

Um segundo aspecto desta negligéncia foi também o de não se ter procedido ao acerto de contas, e a verdade é que havia situações que justificavam perfeitamente esta actuação por parte do Governo.

Uma terceira questão tem a ver com a falta de fiscalização em relação ao mau uso do crédito. E quando falo em mau uso do crédito não me refiro, propriamente, ao desvio do crédito de campanha para um crédito de investimento produtivo, porque esse, num aspecto formal, é um mau uso, mas, na prática, tem uma contrapartida reprodutiva. E foi um mau uso no sentido de se utilizar, de se manusear esse crédito, desviando-o para fora do sector, utilizando-o em tudo menos, efectivamente, na agricultura e no destino para que tinha sido solicitado. E aqui assim, independentemente dos prevaricadores, há a responsabilidade do Governo, que se mostrou totalmente inoperante na fiscalização destes casos.

Ainda hoje continuamos por não ter a solução dos muitos milhões de contos que foram detectados de uso indevido de crédito. Aliás, tanto quanto sabemos, não há solução alguma jurídica para o caso!

Finalmente, este crédito teve também ainda outro aspecto, que põe em evidência a negligéncia do Governo no que respeita a não ter preservado as entidades intermediárias do crédito, designadamente, e sobretudo, as cooperativas de serviços que foram sujeitas a processos judiciais, a hipotecas por, no fim de contas, dívidas de que não eram responsáveis, mas sim o IGEF.

Finalmente, e como consequência disto, penso que importa também relevar os próprios dados que o Sr. Secretário de Estado nos forneceu, como seja o agravamento desmesurado da dívida exactamente por efeitos dos encargos acumulados — esta situação poderia muito bem ter sido evitada a tempo e horas — e também os danos morais e materiais sobre as já referidas entidades intermediárias do crédito.

Pensamos, pois, que estas situações merecem ser devidamente reflectidas para que não se continuem a repetir erros desta natureza, que, no fim de contas, atentam contra a própria racionalidade do uso dos nossos recursos, que não são tantos que possam ser malbaratados, como tem acontecido neste caso.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro: — Sr. Deputado Rogério Brito, fico na dúvida se as acusações de negligéncia a que V. Ex.^a se referiu se referem a este

Governo, aos anteriores, ou aos governos de 1975-1976! Foi, de facto, nessa altura que estas situações se criaram, pois não houve fiscalização e, o devido acompanhamento da concessão deste crédito e do seu uso. Foi, ainda nessa altura, que se impôs aos bancos, ou quase se impôs, moralmente, não posso dizer qual foi a forma de imposição —, o crédito agrícola de emergência. Trata-se de um crédito que os bancos foram quase automaticamente obrigados a conceder, muitas vezes sem os devedores terem qualquer capacidade de reembolso, e sabendo-se disso à partida.

Portanto, fico na dúvida — e por isso formulei o pedido de esclarecimento — a que governo é que o Sr. Deputado se refere quando fala de negligência. A que governo é que o Sr. Deputado se refere quando afirma que, durante 13 anos, deixaram acumular esta situação, sem resolver — e certamente que isso não tem a ver com o Governo actual — assumir esta dívida, com todos os encargos financeiros? Ou pretendia que não se pagassem à banca os encargos financeiros que, entretanto, se acumularam?

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Secretário de Estado, creio que a sua reacção, em si mesma, já comporta algo de autocomprometimento. Quando ponho em causa os governos estou a referir-me a todos aqueles que, ao longo do percurso, deveriam ter resolvido o problema, mas não o fizeram. Ora, entre esses governos está incluído o vosso, como é óbvio. Entretanto, este Governo é o que lhe antecedeu, também de Cavaco Silva, já levava uns «anitos» acumulados, pelo que também tem a sua quota-parte de responsabilidade neste processo.

O facto de os governos em 1975-1976 terem criado esta linha do crédito agrícola de emergência, de algum modo para resolver esta situação de carácter imediato, não foi crime algum e nem me parece que seja condenável. Aliás, o crédito agrícola de emergência manteve-se enquanto linha de utilização para crédito de campanha até aos dias mais recentes. Portanto, trata-se de uma linha de crédito que se verificou, que tinha razão de existir e que respondia a uma necessidade da agricultura.

Aliás, esta linha do crédito agrícola de emergência foi posta à disposição de todo o País. Acresce que já houve uma primeira inventariação exactamente dos créditos mal-parados e devo dizer que, na generalidade dos casos, a má utilização do crédito não é da responsabilidade de entidades que nem sequer tinham garantias para dar, mas sim de entidades que têm ou deveriam ter todas as garantias para dar! Trata-se, desigualmente, de grandes proprietários!

Não gostaria de criar outra área de polémica, mas chamo a atenção para o facto de que essa listagem existe, foi submetida a tribunal, e a verdade é que não sabemos o que é que foi feito desses processos! Porem, trata-se de grandes proprietários que podem responder pelas dívidas, e o que aconteceu até hoje é que não o fizeram! Este é que é o grande problema! Nem responderam judicialmente, nem pagaram a dívida! É esta a questão de fundo, Sr. Deputado.

Ora, não pretendo dividir maus e bons! Pretendo apenas levantar uma questão concreta, que carece ser devidamente acautelada no futuro para que não se repita! Aliás, devo dizer que neste aspecto o actual Governo não se pode eximir a responsabilidades, porque também ele tem uma quota-parte no arrastar desta situação.

— Sr. Helena Torres Marques (PS): Sr. Presidente, peço-lhe palavras para interpellar a Mesa: fiz isto porque a obiceiros que ob viu —

— O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputada.

— Olá! Só que, Imediatamente o Sr. Presidente, tendo-se verificado a entrada no hemisfério do Sr. Deputado Rui Gomes da Silva — creio que é a primeira vez que ele volta à Assembleia depois do desastre que sofreu —, gostaria de dizer, em nome da minha bancada, que temos muito gosto em ver novamente entre nós,

Considero que o Sr. Deputado teve um gesto de muita coragem. De facto, não é qualquer pessoa que, depois de um desastre de aviação como o que ocorreu, com o avião cheio de gasolina e que podia explodir a qualquer momento, volta ao avião para tentar salvar os outros. De facto, o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva conseguiu retirar do avião o Sr. Deputado Nogueira de Brito, que se encontrava preso; e lasquejadas que sofreu foram o resultado disso. Os laços mundanos não são, obviamente, Gostaria, pois, de reconhecer a grande coragem que o Sr. Deputado teve e de manifestar o enorme gosto que temos em ver de novo entre nós, nenhuma distinção, aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputada, a reacção da Câmara é bem evidente: todos nós nos congratulamos com a presença do nosso caro amigo e com as melhorias que sabemos estarem a ocorrer aos outros dois Srs. Deputados, que esperamos ver entre nós, um dentro de dias, e outro no mais curto espaço de tempo.

Não posso, entretanto, deixar de dizer que a Sr. Deputada infringiu uma lei, regra regimental, mas também não posso deixar de dizer que ainda bem que o fez, porque neste caso é mais do que plenamente justificado. Obrigado pelas suas palavras, que são as palavras de todos nós.

Têm a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado do Tesouro, Srs. Deputados: Calaram-me bem fundo, como é evidente, as palavras da Sr. Deputada Helena Torres Marques, como me calou bem fundo; não lhe chamaria homenagem, mas o gesto, a atitude de que fui alvo neste primeiro dia de sessão.

Desejava agradecer a todos as manifestações de cidadão, de interesse que tiveram, quer por mim, quer pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito, quer pelo Sr. Deputado João Soares. Desejava também dizer que tenho a certeza de que aquilo que eu fiz qualquer de nós faria por colegas que estivessem na mesma situação, nas mesmas condições, tenho a certeza de que qualquer dos aqui presentes, qualquer dos meus colegas deputados faria, a mesma coisa por mim. Infelizmente, não consegui tirar nem o Sr. Deputado Nogueira de Brito nem o Sr. Deputado João Soares de dentro do avião. Tentei, não o consegui, infelizmente, mas felizmente, também chegaram os socorros e as ajudas necessários.

Queria dizer, por último, que mais importante do que eu estar aqui presente, que fui a pessoa que menos sofreu no desastre, é bem mais importante que o Dr. Nogueira de Brito, com quem hoje falei pessoalmente de Joanesburgo, aqui também venha a estar e seja alvo da vossa atenção, e de uma atitude idêntica e ainda mais

importante, que foi a pessoa que sofreu mais, que o Sr. Deputado João Soares aqui esteja connosco presente para que possamos, independentemente da amizade que nos une — e como devem imaginar a partir deste momento ainda muito mais me unirão ao Dr. Nogueira de Brito e ao Dr. João Soares —, neste *forum* de ideias, continuar a debater e a defender as nossas convicções.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado do Tesouro, Srs. Deputados: A Lei do Orçamento do Estado para 1988 concedia ao Governo uma autorização legislativa para emitir empréstimos internos até ao montante de 260 milhões de contos para assumir obrigações, designadamente as decorrentes da extinção de serviços e fundos autónomos.

O Decreto-Lei n.º 483-A/88, que veio a ser publicado pelo Governo no uso daquela autorização legislativa, fixava as condições em que era emitido aquele empréstimo interno na parte respeitante ao crédito agrícola de emergência. Porém, não chegou a ser executado aquele decreto-lei, e o Governo veio como que renovar uma autorização legislativa que já lhe havia sido concedida.

Vamos votar favoravelmente esta proposta de lei, mas pretendia, antes de terminar a minha intervenção, chamar a atenção para o facto de que a Comissão de Economia, Finanças e Plano deliberou apresentar à Assembleia da República um texto alternativo, já que na proposta de lei do Governo vinha referido um artigo da Constituição que não era exactamente aquele que tinha a ver com este pedido de autorização legislativa.

Complementaria esta informação com uma outra. O texto de que a Mesa dispõe tem uma gralha que é a seguinte: «Fica o Governo autorizado a emitir em 1989 um empréstimo interno, até ao limite máximo de '20 milhões de contos, que anexa [...]» Onde diz «que anexa» deve dizer «que acresce».

O Sr. Presidente: — A gralha vai ser corrigida.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, tratando-se de um acto meramente formal que não nos oferece qualquer dúvida quanto ao seu mérito substantivo, naturalmente que vamos votar a favor.

Entretanto, aproveitei a oportunidade para saudar e agradecer ao PSD esta corajosa modificação que introduziu e de alterar o número da Constituição mostrando a sua independência perante o Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de acordo com as informações de que a Mesa dispõe, julgo não haver objecção a que passemos à votação da proposta de lei n.º 95/V, adiantando assim trabalho, particularmente no que respeita ao trabalho interno e de redacção.

Vamos, pois, votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 95/V — Autoriza o Governo a emitir um empréstimo

para a assunção de responsabilidades do extinto Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência de Os Verdes e dos deputados independentes Raul Castro, João Corregedor da Fonseca, Helena Roseta e Carlos Macedo.

Srs. Deputados, vamos votar na especialidade.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência de Os Verdes e dos deputados independentes Raul Castro, João Corregedor da Fonseca, Helena Roseta e Carlos Macedo.

É a seguinte:

Artigo único. Fica o Governo autorizado a emitir, em 1989, um empréstimo interno, até ao limite máximo de 20 milhões de contos, que acresce ao montante fixado no artigo 6.º da Lei n.º 114/88, de 30 de Dezembro, destinado exclusivamente à assunção de dívidas relacionadas com as linhas de crédito denominadas «crédito agrícola de emergência» no quadro do extinto Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária.

Passamos à votação, final global.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência de Os Verdes e dos deputados independentes Raul Castro, João Corregedor da Fonseca, Helena Roseta e Carlos Macedo.

Srs. Deputados, do ponto seguinte da agenda consta a proposta de lei n.º 107/V.

O Sr. Deputado Montalvão Machado pede à palavra para quê efeito?

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, para solicitar, ao abrigo das disposições regimentais, a suspensão dos trabalhos por um quarto de hora.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não seria possível reduzir esse tempo para 10 minutos?

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está, pois, interrompida a sessão por 10 minutos.

Eram 19 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 19 horas e 45 minutos.

Srs. Deputados, vamos apreciar, agora, a proposta de lei n.º 107/V, que concede ao Governo autorização legislativa para estabelecer o regime de isenções fiscais aplicáveis às importações temporárias de determinados bens provenientes de Estados membros das comunidades europeias e adapta os montantes das isenções previstas em legislação avulsa ao direito comunitário.

Pausa.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helcna Torres Marques.

O Sr. Helena Torres Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sendo esta uma proposta de lei, gostaria de convidar o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a apresentá-la para, posteriormente, podermos intervir.

O Sr. Presidente: A Mesa faz aquilo que pode fazer!

Dado que está inscrito o Sr. Deputado Guilherme Silva, tem, pois, a palavra.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Srs. Deputados: O Governo apresentou à Assembleia um pedido de autorização legislativa que tem a ver com a implementação de directivas comunitárias no âmbito do IVA. Isto significa que o Governo está atento ao nosso processo de integração europeia e aos compromissos decorrentes do Tratado de Adesão, pretendendo com esta proposta de lei regularizar e permitir a execução no ordenamento jurídico português de directivas comunitárias servíveis ou não. As questões que fundamentalmente se encontram aqui contémpladas nesta proposta de autorização legislativa têm a ver com o regime de isenção do IVA na importação temporária de determinados bens, alguns meios de transporte e outros bens que não sejam meios de transporte, e têm a ver com uma alteração que diz respeito a taxas no âmbito de mercadorias contidas na bagagem pessoal dos viajantes provenientes da Comunidade.

Por outro lado, têm a ver também com uma cooperação entre Estados membros com vista a uma mais correcta aplicação dos impostos directos e também a uma maior cooperação no sentido do combate à fraude fiscal.

Portanto, esta questão não é nova, é uma tramitação que se tem de seguir. Trata-se, pois, de matéria da competência da Assembleia da República, relativamente à qual, por força do disposto no artigo 168º da Constituição, o Governo só poderá legislar com autorização da mesma.

No entanto, há uma questão que gostaria de salientar. Como é sabido, discute-se, em sede de direito comunitário, o problema da aplicabilidade directa das directivas.

Em princípio, como também é sabido, as directivas só têm aplicação no direito interno dos Estados depois de adoptadas as medidas da sua execução por parte dos Estados membros. É um problema colocado pelo direito comunitário, que consiste na aplicação directa das directivas em certos casos.

Neste caso concreto, isto tem a ver com um aspecto para o qual pretendo chamar a atenção, pelo que revela de saudável em termos de relacionamento institucional e de preocupação por parte do Governo em cumprir religiosamente a Constituição. Ou seja, não se forçou aqui, eventualmente, uma saída que permitisse a aplicação directa das directivas comunitárias em matéria fiscal um pouco à frívola, digamos assim, da Assembleia da República. Pelo contrário, o Governo teve a preocupação de apresentar uma proposta de autorização legislativa em homenagem ao princípio constitucional de que esta área é efectivamente da competência da Assembleia da República, relativamente à qual o Governo só pode legislar após a sua autorização.

É isto que está aqui presente e são estas questões pontuais que refiri que vão ser alvo de regulamentação por parte do Governo. Não há aqui qualquer obstáculo nem gralha.

Portanto, nada há que obste que esta Assembleia aprove esta proposta de lei, porque é um imperativo que decorre das nossas obrigações para com a Comunidade, pois elas decorrem de tratados internacionais e da própria Constituição. Daí que, em si, elas são autónomas. Esta questão que estamos hoje a discutir vai estar ultra passada aquando da concretização do mercado único, em 1993, pelo que não há que fazer esta distinção entre bens importados definitiva ou temporariamente, uma vez que serão eliminadas as barreiras fiscais entre os Estados membros. Esta será, pois, uma questão a ultrapassar posteriormente em virtude do próprio processo de integração.

É óbvio que o PSD vai votar a favor desta proposta de lei.

O Sr. Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ribeiro.

O Sr. Sérgio Ribeiro (PCP): Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Srs. Deputados: Sendo esta a primeira vez que, nesta legislatura, participo nos trabalhos e uso da palavra, cumprimento V. Ex.º, Sr. Presidente, e saúdo os meus novos colegas.

Ao estudar o processo relativo à proposta de lei em apreço cheguei a sentir-me a possibilidade de fazer esta «estréia» de uma forma inteiramente concordante, pois a matéria não levantava problemas de maior, por representar um passo num caminho técnico que está encetado e se vai actualizando.

Entretanto, esta minha inexperiência levava-me a ter, neste momento, uma certa perturbação pelo facto de vir aqui preparado para ouvir uma exposição do Governo, no sentido de dizer quais os motivos de apresentação desta proposta de lei, mas não sei se essa exposição foi delegada no Grupo Parlamentar do PSD e se, portanto, está confusão entre o grupo parlamentar e o Governo também teve aqui expressão.

No entanto, não consento o Governo que responde à minha «estréia» fosse totalmente concordante, pois, mesmo num caso como este, não se controla na sua obsessão de usar licitari autorizações legislativas. E, assim, também não se pode deixar de lamentar que o Governo não tivesse dado conhecimento a esta Assembleia de como vai transpor para o direito interno o conteúdo das Directivas n.º 83/182/CEE, e 85/362/CEE, apresentando os documentos em vez de começar os artigos 1.º e 2.º da proposta de lei com a «fórmula mágica»: «Fica o Governo autorizado a»

É uma questão de método e da sua persistente utilização, justificando-se o reparo, mesmo quando, noutras circunstâncias, sem os precedentes e a obsessão, o procedimento pudesse ser interpretado como correcto ou não levantando reservas.

A exposição (escrita) dos motivos da proposta de lei basta-se na necessidade de dar cumprimento a obrigações assumidas para com a CEE, respondendo para o ordenamento jurídico interno directivas do Conselho, mas, mesmo assim, pode encontrar-se nela a margem de actuação de que dispõem as autoridades nacionais, e que estão aprovadas ou não. Daí, e quase só a título de exemplo, resultam dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas.

Por que razão o limite da isenção inscrita na proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 42/87 se mantém com efeitos quinhão nas alterações à introduzidas no Decreto-Lei n.º 295/87 esses limites estão calculados em euros? Porque

fidelidade à redacção inicial» de um decreto-lei, e só de um, com que se justifica a manutenção do ecu «como expressão de limite de isenção, em prejuízo de uma uniformização de expressão dos limites de isenção?»

Por outro lado, de acordo com as directivas que se transpõem para o direito interno, prevê-se que a cotação do ecu seja fixada uma vez por ano, tornando-se em consideração o câmbio do «primeiro dia útil do mês de Outubro». Assim, sendo, a proposta de lei calcula esse câmbio para 1989, com base na cotação de 3 de Outubro de 1988, o que até seria correcto e indiscutível para proposta de lei datada de Maio de 1989, sendo proposto produzir efeitos a partir de 1 de Julho de 1989. No entanto, só agora vindo a aprovação, e já existindo cotação relativa ao «primeiro dia útil do mês de Outubro de 1989», não pareceria melhor utilizar já este câmbio para ter efeito durante 1990?

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Oliveira Costa): — Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Sr. Presidente, Sr. Deputado: Antes de responder à sua pergunta directa, quero deixar uma nota de que se não fiz inicialmente uma intervenção foi exactamente por aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer. É realmente tão claro e tão transparente o que aqui se disse e a exposição de motivos expressa que não me parecia razoável ocupar tempo a explicar o que está explicado.

No que toca aos limites, diria, expressos em moeda comunitária (em ecus), a verdade é que é no quadro das próprias directivas que se fixam esses valores e se estabelecem as regras de conversão para a moeda respetiva. É por isso mesmo que se apontam depois os valores com base exactamente nessa relação cambial e que, neste caso, passam de 42 500\$ para 53 000\$, de 12 000\$ para 14 500\$ e de 53 000\$ para 66 500\$, de 60 000\$ para 66 500\$, de 15 000\$ para 17 000\$ e de 6000\$ para 6 700\$. São os limites que terão de ser actualizados todos os anos e que resultam — repito, uma vez mais — das directivas que foram introduzidas no nosso sistema normativo.

O Sr. Presidente: — Para dar esclarecimentos, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ribeiro.

O Sr. Sérgio Ribeiro (PCP): — O Sr. Secretário de Estado não me ouviu totalmente. A questão é que no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42/87, que é alterado pelo artigo 3.º desta proposta de lei, se diz o seguinte: «não terão valores superiores a 110 ECU por remessa». É precisamente a falta de uniformização, com o argumento de que assim se mantém uma regra anterior, que me levou à dúvida por que é que o artigo 3.º está em ecus e o artigo 4.º está em escudos.

Portanto, o esclarecimento que o Sr. Secretário de Estado deu não foi suficiente, antes pelo contrário, agravou a minha dúvida. Por que razão se prejudica a uniformização, a título de se manter uma — como diz a

exposição dos motivos — «fidelidade da redacção inicial?» Esta era a minha dúvida, que não foi esclarecida.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Sérgio Ribeiro fez uma insinuação na sua intervenção que determinou a necessidade de eu voltar a intervir.

Efectivamente, passou-se grande parte do debate desta tarde à volta de uma questão fundamental: a dignificação da Assembleia e das instituições democráticas por que nos regemos.

A insinuação do Sr. Deputado Sérgio Ribeiro não contribuiu absolutamente em nada para isso. V. Ex.ª, dada a circunstância de o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais não ter feito inicialmente a intervenção, referiu expressamente que a intervenção do deputado do PSD scria uma intervenção delegada do Governo.

Sr. Deputado, como verificou, a minha intervenção não tinha nem tem nada de delegação do Governo. Sendo naturalmente o partido da maioria e sendo o partido em sintonia com o Governo que apoiamos, não esperaria V. Ex.ª que fizesse um discurso ou uma intervenção contrária a esta proposta de lei, com a qual estamos em sintonia. Mas isso não retira a independência da minha intervenção nem retira a distinção entre a minha intervenção e a do Secretário de Estado, enquanto Secretário de Estado deste Governo.

Portanto, lamento que tenha feito essa confusão e essa insinuação. Como viu, o Sr. Secretário de Estado também interveio, e fez-lo de forma completamente isenta e independente da minha própria intervenção.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ribeiro.

O Sr. Sérgio Ribeiro (PCP): — Sr. Deputado, de facto, estava à espera de ouvir uma exposição oral dos motivos da proposta de lei. Efectivamente, ouvi-a da boca de V. Ex.ª e, a partir daí, tive dúvidas se essa exposição oral não teria sido delegada no Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Deputado Sérgio Ribeiro, expliquei a razão de, eventualmente, haver alguma coincidência de pontos de vista pelo facto de eu pertencer ao partido que apoia o Governo, situação essa que V. Ex.ª conhece, mas que não lhe permite fazer confusão entre as duas instituições que são, por um lado, o Parlamento e a minha intervenção como deputado e, por outro, o Governo e a intervenção do Sr. Secretário de Estado, enquanto membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Helena Torres Marques.

A Sr. Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Também lamento que o Sr. Secretário de Estado não nos quisesse expor, como ficaria bem a esta Casa e ao Governo, uma proposta de lei, por mais simples que à considere.

¹ «Na perspectiva do PS o que está em causa é em discussão têm mais repercussões e é mais importante do que o conteúdo estrito deste pedido de autorização legislativa, uma vez que os temas propostos, referentes à aplicação no direito interno de directivas já aprovadas na Comunidade, são da competência reservada da Assembleia da República, como aconteceu o Sr. Deputado Guilherme Silva, embora ele considere um gesto extraordinário o facto de o Governo trazer aqui um pedido para legislar sobre a matéria.

² «Ora, o que está em causa é que, sendo uma matéria da competência reservada da Assembleia da República, o Governo deveria, antes de tomar compromissos a nível do Conselho Europeu, ter solicitado um pedido de autorização legislativa, a esta Câmara. Nessa altura, teríamos tido capacidade de intervenção, enquanto agora, é uma vez que o Governo vem confrontar-nos com uma directiva que já aprovou e dizer que temos de transportá-la para o direito interno, não estamos aqui senão a ratificar uma decisão que o Governo já tomou, e, por isso, não podemos discuti-la e verificar da sua bondade.»

³ «Ainda há três dias recebemos aqui na Assembleia da República uma delegação de deputados do Bundestag que quis ser recebida pela Comissão de Assuntos Europeus. A dada altura, alguém dessa delegação perguntou se uma das nossas funções era fazer a discussão prévia das directivas comunitárias antes de o Governo tomar decisões, em nome de Portugal, a nível do Conselho Europeu. Ora, Sr. Secretário de Estado, vivemos de dizer que essa não era a nossa função e que, até agora, o Governo Português ainda não nos tinha submetido para análise a sua posição sobre qualquer directiva comunitária. Isto é grave! ⁴ A matéria que está aqui hoje em causa não é grave, mas é o como questão de princípio. Todos sabemos, porque ouvimos na televisão, que está em discussão a harmonização fiscal, que, por exemplo, Portugal já abdicou da taxa 0% em relação ao IVA dos produtos alimentares e dos medicamentos, e que agora está a discutir-se se não seria possível escolher dois valores dentro de um intervalo mínimo. ⁵ Mas, então, o Governo vai tomar este tipo de decisões sem, previamente, as discutir na Assembleia e sem ser mandado, mesmo que seja com intervalos possíveis de negociação? O Governo vai tomar uma decisão como esta e só depois é que vai confrontar-nos com as decisões que tomou para sermos nós os ratificadores do Governo, em matéria que é da competência reservada da Assembleia da República? Estarão os deputados, os da minoria e os da maioria, na situação de não poderem discutir os assuntos que são da competência reservada da Assembleia, e limitados a ratificarem posições que o Governo já tomou sobre matérias que são só nossas, exclusivamente nossas?»

⁴ Sr. Secretário de Estado, o que é importante neste pedido de autorização legislativa é o princípio que ele reflecte, pelo que gostaria de saber quando é que o Governo pensa discutir com a Assembleia da República a matéria relativa à harmonização fiscal.

⁵ Relativamente às matérias que estão subjacentes a esta proposta de lei, devo dizer, desde já, que o PS votará a favor, mas creio que não é este o método que devemos seguir em matérias deste tipo.

⁶ O Sr. Presidente: Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

⁷ O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: ⁸ Até Sr. Deputada Helena Torres Marques deve ter feito uma pequena confusão, por isso peço-lhe um esclarecimento. Quando Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia obrigou-se automaticamente a aderir a um conjunto amplo de regras e, por acaso, — se calhar a Sr. Deputada não teve oportunidade de ler —, estamos aqui, entre outras coisas, a rever e a actualizar os valores dos Decretos-Leis n.º 42/87, 295/87 e 159/88.

Pelo menos nesta parte, esta matéria já está inserida no direito interno português. Simplesmente é preciso actualizar os valores com regras que estão definidas nas directivas, e, portanto, não está em causa introduzir no nosso direito matérias que careçam de prévia autorização da Assembleia da República.

⁹ Esta proposta veio aqui porque se enquadra em matéria da exclusiva competência da Assembleia da República; mas ela também emerge dos acordos a que Portugal aderiu ao integrar-se na CEE, e, efectivamente, não podemos discutir agora o que foi discutido, em devido tempo, ao tomar-se a grande decisão de aderirmos à CEE. Esta é que é a questão.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr. Deputada Helena Torres Marques.

A Sr. Helena Torres Marques (PS): — Sr. Secretário de Estado, a questão do princípio, à qual o senhor não respondeu, — e eu refiro que, votaríamos a favor, desta proposta de lei, —, é a de saber o que vai acontecer com a harmonização fiscal e com os outros assuntos relativos à matéria fiscal que estão em discussão na CEE e em que Portugal está a tomar posições sem que esta Assembleia tome conhecimento, mesmo sendo matéria da nossa exclusiva competência. O problema é este!

Esta é a questão de princípio que gostaria de ver tratada e, por isso, pergunto-lhe concretamente quando é que o Governo intenciona apresentar à Assembleia da República as propostas de lei sobre harmonização fiscal para que, quando tomar posições no Conselho das Comunidades, esteja mandado para o fazer.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, dou por encerrado o debate da proposta de lei n.º 107/V, cuja votação terá lugar amanhã.

Gostaria, ainda, de lembrar que a próxima reunião plenária será amanhã às 15 horas, constando da nossa ordem de trabalhos as eleições para a Mesa da Assembleia da República e para o Conselho de Administração, que decorrerão entre as 16 horas e as 18 horas, e a discussão dos projectos de lei n.º 381/V e 396/V.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 10 minutos. ¹⁰ Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados: ¹¹ Júlio Pinto, ¹² Carla Tato Diogo, ¹³ Jórgo Paulo Scabro Roque da Cunha, ¹⁴ José Lapa Pessôa Paiva, ¹⁵ José Manuel Rodrigues Casqueiro, ¹⁶ Luís António Martins. ¹⁷

Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Gomes da Silva.
 Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Armando António Martins Vara.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
 António José Caciero da Mota Veiga.
 António José Coelho Araújo.
 António Manuel Lopes Tavares.
 António Maria Percira.
 António da Silva Bacelar.
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.
 Manuel da Costa Andrade.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 António Domingues Azcvedo.
 António Magalhães da Silva.

António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Cardoso Laje.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Barroso Soares.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Luís Costa Catarino.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete Santos.
 Octávio Rodrigues Pato.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Francisco Barbosa da Costa.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Luís Nogucira de Brito.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PEV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Deputados independentes:

Carlos Matos Chaves de Macedo.

Os REDACTORES: *Cacilda Nordeste — Maria Amélia Martins — Ana Marques da Cruz — José Diogo.*



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8819/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 171\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex